



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE APOIO
PEDAGÓGICO AO ENSINO DE QUALIDADE NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Marisete Cristina De Melo Brandão

BELO HORIZONTE, 2015

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE APOIO
PEDAGÓGICO AO ENSINO DE QUALIDADE NAS SÉRIES
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação do(a) Professor(a) Micheli Virgínia de Andrade Feital, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARISETE CRISTINA DE MELO BRANDÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO INSTRUMENTO DE APOIO PEDAGÓGICO AO ENSINO DE QUALIDADE NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof.º Avaliador: Cláudio Emanuel dos Santos

Prof.^a Orientadora: Micheli Virgínia de Andrade Feital

Cursista: Marisete Cristina de Melo Brandão

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. Agradeço também ao meu esposo, José Maria Brandão Júnior, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, quero agradecer também as minhas filhas, Maria Theresa de Melo Brandão e Maria Clara de Melo Brandão, que embora não tivessem conhecimento da importância de concluir este curso para mim, mas iluminaram de maneira especial os meus pensamentos e me compreenderam nas horas difíceis, me levando a buscar mais conhecimentos. E não deixando de agradecer de forma grata e grandiosa os meus pais, João Pinto de Mello e Terezinha Gonçalves de Melo, a quem eu rogo todas as noites a minha existência. Não me esquecendo de Maria Helena Barroso Brandão e Maria Cristina de Melo, pessoas que convivem diretamente comigo e que a todo tempo me incentiva em alcançar os meus sonhos.

EPÍGRAFE

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda uma análise de uma escola de Carandaí, Minas Gerais. Tem como objetivo geral conhecer a influência do modelo de gestão adotado pela Escola Municipal “Bias Fortes” no processo de ensino-aprendizagem. Como usar a gestão democrática como apoio pedagógico nos anos iniciais do ensino? Para tanto, utilizou-se das teorias acerca da administração geral e de modelos de gestão escolar como referência, e de um estudo de como vem sendo a gestão atual através de entrevistas e observação como forma de método de pesquisa. A partir dos resultados obtidos neste estudo, pode-se concluir que apesar de a instituição estudada adotar o modelo democrático de gestão, alguns pontos apresentam falhas. Isto pode ser constatado avaliando-se itens como comunicação entre gestão, especialistas e professor, escola, pais e comunidade. A participação não efetiva da família na vida escolar de seus filhos, a importância da alfabetização e do letramento na idade certa, ou seja, nos anos iniciais do ensino fundamental. O desempenho dos especialistas e professores para melhorar a qualidade do ensino que é avaliado sistematicamente pelo sistema de avaliação, necessitando ser revista a temática de instrumento de apoio para adquirir uma educação de qualidade nesta escola. Dessa forma, fica evidente a adoção do modelo democrático, que deve ser ajustado, devendo a figura do gestor escolar deixar de ser responsável pela maior parte dos processos de tomada de decisão dentro da instituição, possibilitando aos educandos a aquisição dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, oferecendo condições de socialização além da escola, se tornando verdadeiros cidadãos.

Palavras-chave: escola – gestão - família - qualidade - participação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 – REALIDADE DA GESTÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	11
1.1 – O que envolve a gestão escolar?.....	12
1.2 – Fatores que influenciam a gestão p/ um ensino de qualidade...	13
1.3 – Gestão autoritária ou gestão democrática?	15
2 – A RELAÇÃO FAMÍLIA/ ESCOLA NA VISÃO DO GESTOR ...	16
2.1 - Afinal, educar é responsabilidade de quem?	16
2.2 - A importância dos pais no processo de aprendizagem:	17
2.3 - O diálogo entre gestor, pais, alunos e professores:	19
3 – A GESTÃO EM MOVIMENTO	20
3.1 - Mecanismos para a participação da comunidade escolar:	21
3.2 – A escola ideal	23
3.2.1 – Princípios básicos:	23
3.2.2 – Finalidades	23
3.2.3 – Ações para a busca da escola ideal:.....	24
CONCLUSÃO:	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	29

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, grandes mudanças marcaram a educação. Passamos por infinitas situações trazendo hoje uma realidade onde a gestão escolar deve ser o meio de transformar a prática escolar.

Aqui neste estudo questões, foram abordadas através de relatos, observações e pesquisas, realizadas na Escola Municipal “Bias Fortes”, durante alguns meses (seis). A finalidade deste trabalho está em compreender como a gestão influencia a qualidade de ensino na instituição, na perspectiva pedagógica e nas relações família e escola.

O foco que norteia o trabalho é “a gestão escolar como instrumento de apoio ao pedagógico para um ensino de qualidade, o trabalho apresenta reflexões sobre a prática desenvolvida nessa escola da rede municipal, que atende 206 alunos em dois turnos (manhã e tarde) nas séries iniciais do ensino fundamental, de 1º ao 5º ano.

A gestão em favor da docência nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em conjunto com toda a equipe de trabalho da escola, tendo em vista, principalmente, a dificuldade que alguns professores mostram frente ao desenvolvimento de práticas pedagógicas e o relacionamento mais afetivo entre os envolvidos para melhorar o ensino.

O projeto foi sintetizado, o conhecimento colhido e exposto neste Trabalho de Conclusão de Curso, o qual se apresenta dividido em três capítulos principais, no primeiro: A realidade da gestão nas escolas – anos iniciais. O que envolve a gestão? Fatores que influenciam a gestão para se ter um ensino de qualidade? O que é gestão autoritária, democrática e compartilhada? No segundo capítulo é abordado um dos temas que mais se sobressaiu como agravante dentro das dificuldades apresentadas na escola: A relação família e escola, na visão do gestor. Educar é responsabilidade de quem? A importância dos pais no processo de aprendizagem. O diálogo entre gestor, pais, alunos e professores. Comentários e embasamento teórico sobre a responsabilidade de cada qual no referido processo, bem como a respectiva importância de cada parte envolvida, administração, especialistas, funcionários no geral e enfim a comunidade escolar.

A ênfase fica por conta da necessidade da família e da escola unirem forças. Aproximarem-se através de meios criados pela escola em favor da construção do conhecimento por parte dos educandos, num efetivo estabelecimento de parcerias. A importância de criar a conscientização sobre a necessidade de se instaurar um clima de afetividade, transparência e cristalinidade em sala de aula e nos ambientes escolares envolvendo todos estes elementos. Fica exposto no terceiro capítulo: A gestão em movimento... São os resultados já alcançados e que já são visíveis na instituição. Trata-se das estratégias que vem sendo aplicadas para conseguir tais resultados: A busca de mecanismos para a participação da comunidade escolar, e com essa relação, estreitar laços de convivência. Estamos caminhando para a escola ideal, utópica, onde os princípios básicos são cuidadosamente aplicados, com finalidades claras e bem definidas que enfim se concretiza com ações planejadas e organizadas em coletivo para alcançar o fim: Educação de qualidade para todos.

Confirmando esse pensamento, Libâneo (2001, p.77), nos diz:

[...]a Gestão é “a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização”, sendo esta “organização” uma “unidade social que reúne pessoas que interagem entre si e que opera através de estruturas e processos organizativos próprios, a fim de alcançar os objetivos da instituição” (LIBÂNEO,2001, p.77).

Nesse sentido, a gestão desta escola tem como objetivo geral possibilitar aos educandos a aquisição dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, nesta faixa etária, e como utilizá-los para futuramente se tornarem cidadãos críticos e autônomos na sociedade. Especificamente a administração busca na família o apoio e o respeito ao direito constitucional da educação reservado as crianças pela Constituição Federal; ainda articula meios pedagógicos e sociais para efetivar a participação da família na vida escolar de seus filhos; apresenta ainda possibilidades da gestão democrática prevalecer entre todos os envolvidos no processo de ensino. Conscientizar os envolvidos da importância de os alunos saírem alfabetizados e letrados nos anos iniciais do ensino fundamental, partindo para a próxima etapa de estudos confiantes e capazes de vencer novos desafios.

De certa forma, dentro da escola todos são “gestores”, no sentido de estarem cientes do compromisso com a função que exercem, sendo a figura do diretor aquela que coordena, organiza e gerencia todas as atividades da escola. É mediador, promovendo ações educativas e sociais que viabilizem o ensino-aprendizagem dos alunos, ou seja, cabe a ele o papel de pedagogo, professor, amigo, psicólogo e até assistente social dentro da prática educativa escolar, juntamente com sua equipe.

Sendo assim, desenvolver essa pesquisa e investigar sobre as influências da gestão escolar participativa sobre o pedagógico da escola e comunidade escolar bem como suas relações com o aprendizado do aluno, nas séries iniciais vem se justificar por ser questão que sobressaiu bastante durante as observações e pesquisas nestes meses de estudo, bem como na reelaboração do PPP – Projeto Político Pedagógico da escola.

1 – REALIDADE DA GESTÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A escola hoje é o espaço onde se promove ações que resolva problemas sociais, mas que por outro lado é um ambiente onde se é avaliado de maneira formal, é preciso articular pontos para a instituição se reencontrar, pois na realidade a escola está mudando a sua função. Atualmente busca-se uma escola que atenda as necessidades da sociedade, sem perder o foco dos conhecimentos. Temos na escola um agente capaz de transformar uma realidade, e isso é fruto de vários processos sociais.

GESTÃO¹ - Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações a atos e possibilitar á comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar.

Perfil dos nossos gestores: Trabalham aproximadamente 10 horas por dia, têm em média 46 anos de idade e menos de oito na função.

Em seu cotidiano as prioridades da agenda são: cuidar da infraestrutura, conferir a merenda, “vigiar” o comportamento dos alunos, mantendo a disciplina, atender os pais, receber as crianças, participar de reuniões com a secretaria de educação e providenciar material para o bom funcionamento das atividades escolares. Sobra pouco tempo para conversar com professores, prestar atenção nas aulas e buscar a melhoria do ensino que é a meta essencial da escola.

Ou seja, no dia a dia, os diretores passam muito tempo cuidando de tarefas administrativas, e pouco tempo com questões pedagógicas.

¹ Este parágrafo faz parte do texto Gestão Escolar Democrática: Definições, princípios, mecanismos de sua implementação: (BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Gestão da Educação escolar. Brasília:UnB/CEAD, 2006.p.22) De João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernandes Dourado.

Refletir sobre nosso cotidiano, mostrando a importância de delegar ordens e se dedicar aos dois itens de maneira bem distribuída, atendendo ambas as situações: o pedagógico e o administrativo.

Então busquei nas observações e pesquisas; como a gestão escolar pode ser instrumento de apoio pedagógico no processo de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Afinal o bom gestor tem que articular melhor seu tempo e priorizar o aluno, através de um bom trabalho de apoio ao pedagógico da escola.

1.1 – O que envolve a gestão escolar?

Rotina, inovação, análise, planejamento, estímulo, não temer os imprevistos, superar desafios, domínio da equipe, flexibilidade, criatividade, esperança, determinação, e conservar certos princípios, desde que reestruturados junto com a equipe, buscando novos recursos com formação continuada. Um novo olhar para a educação. Conhecer a realidade de nossos alunos de maneira além da sala de aula, promover ações que contribuam para a participação efetiva da família no processo de alfabetização nos anos iniciais.

“Uma boa escola tem que lidar com o que é comum e o que é distinto...”
(informação verbal)[1].

Partindo dessa premissa, deve se considerar que aos poucos a gestão das escolas vem sofrendo consideráveis avanços. O gestor tem que interagir bem com a supervisão, os professores, secretários e a comunidade escolar. Deve buscar no diálogo, soluções e diretrizes para conhecer melhor e ampliar a visão da realidade da comunidade envolvida. Tem que sair da “varanda” (informação verbal) [2], tentar conhecer e caminhar para entender e valorizar o docente e a comunidade... Afinal se lida com conflitos todos os dias. E temos que tirar lições que podem mudar a realidade de toda a escola.

A escola hoje não é mais estática, inflexível, ela se apega em um conjunto de fatores, podemos citar: o espaço, território e saúde.

[1] e [2] Informes repassados pelo palestrante Charles Moreira Cunha, Semana Presencial do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar, na FAE- UFMG em outubro de 2014.

Articulando esses fatores os grandes desafios estão surgindo, a escola com uma visão de gestão coletiva, não é fácil de ser coordenada, é preciso conquistar a confiança de todos os envolvidos e a partir daí mudar o conservador. Não é somente reforma, estamos lidando com revolução extrema.

O conceito de que a escola é o que está entre os muros hoje... já ficou para trás, porque a diversidade é muito grande, a cultura popular é maior ainda, pensar somente que escola é uma instituição que tem poder e somente se fundamenta em conhecimentos específicos já não tem lugar em uma gestão de sucesso.

1.2 – Fatores que influenciam a gestão para um ensino de qualidade

Uma gestão de sucesso é uma gestão que trabalha articulando fatores administrativo, pedagógico, humano, financeiro e jurídico.

A humanização dentro da escola tem sido tema importante e mola mestra da educação de qualidade.

Atualmente a escola usa esse meio para um fim maior, o de conseguir cumprir seu papel social, favorecendo a formação humana, desenvolvendo as potencialidades dos sujeitos, por meio de uma pedagogia que conduza os alunos a aprender a pensar e a aprimorar habilidades necessárias ao enfrentamento com o mundo que ora se apresenta.

Na minha realidade, o processo de aprendizagem, aqui a alfabetização ao longo dos anos iniciais do ensino fundamental, tem sido considerado um dos responsáveis pelo fracasso escolar e a evasão de alunos, conseqüentemente, vem atuando como geradores da exclusão de significativa parte do alunado, conferindo à escola um papel elitista e discriminatório. Daí, a necessidade de se fazer algo "urgente" para que se mude, a presente realidade.

O fato da escola, não saber fazer parte de seus alunos alfabetizados e letrados, traz conseqüências graves para o futuro destes, que terão enormes dificuldades no cotidiano de sua vida escolar e pessoal, onde a leitura de mundo que completa a leitura e a escrita formal se faz necessárias a todo

instante e serão fortes candidatos não só ao insucesso escolar como também sofrerão o processo da exclusão na sociedade na qual estão inseridos.

A insatisfação de professores e alunos revela que há problemas a serem superados tais como, a necessidade de se reverter um ensino centrado em procedimentos mecânicos, desprovidos de significados para o aluno. Há urgência em reformular objetivos, rever conteúdos e buscar metodologias compatíveis com a formação que hoje a sociedade reclama. É nesse momento que a administração pode e deve intervir.

Buscar através de projetos, de reuniões de módulo com temas mais atrativos, motivação e elevação da autoestima de todos os docentes, partindo de ideias dos próprios envolvidos. O saber ouvir e reproduzir em ações o que foi proposto em comum acordo por todos os membros da equipe escolar. São alguns recursos que a gestão precisa se atentar para diminuir os “problemas” que atingem a alfabetização de qualidade nos anos iniciais do ensino.

Os fatores jurídicos e financeiros estão intimamente ligados a autonomia da escola. Pensar em autonomia para uma escola é uma tarefa que se apresenta de forma complexa, pois se pode crer na ideia de liberdade total ou independência, quando temos de considerar os diferentes agentes sociais e as muitas interfaces e interdependências que fazem parte da organização educacional.

Usar dos recursos financeiros, dentro das legalidades, através de programas do governo (PDDE, Programa mais Educação) para melhorar a qualidade do ensino, deve ser ferramenta da gestão em conjunto com a comunidade escolar e das famílias. Veiga destaca com muita veemência quatro dimensões consideradas fundamentais para um bom funcionamento de uma escola. Afirma também que essas dimensões devem estar bem articuladas e bem relacionadas entre si, são elas:

Autonomia Administrativa, aquela que tem seus planos, programas e projetos próprios de acordo com sua realidade; **Autonomia Jurídica**: Elabora suas legislações educacionais, sem ferir as legislações educacionais; **Autonomia Financeira**: tem disponível recursos capazes de manter o funcionamento efetivo da escola; **Autonomia Pedagógica**: liberdade de propor modalidades de ensino e pesquisa. Está ligada á identidade, á função social, á clientela, á organização curricular, á avaliação, bem como aos resultados e, portanto, á essência do projeto pedagógico da escola.(VEIGA, 1998,p.16-19)

A autonomia da escola pública é produto de um processo que se constrói a partir de quatro eixos fundamentais: a capacidade de identificar os problemas e de apresentar alternativas para solucioná-las, com aplicação de projetos dentro da realidade, a capacidade de administrar os recursos humanos, respeitando as legislações vigentes, organizar e administrar os recursos financeiros próprios e repassados pelo governo, e em fim acompanhar o processo pedagógico de perto, conhecendo as dificuldades e peculiaridades de cada situação que ocorra na escola.

1.3 – Gestão autoritária ou gestão democrática?

Apesar de se manifestarem em diversas realidades, as práticas de gestão escolar podem ser percebidas como vinculadas a duas formas básicas – uma autoritária e outra democrática. Em termos gerais, a gestão autoritária defende a centralização de processos decisórios na figura do diretor, do professor em sala de aula ou, ainda, de outros grupos dentro da escola. A escola aqui pesquisada, não adota esse tipo de gestão. Mostra grandes avanços na parte gestonária, onde tenta deixar somente na memória, esse tipo de gestão.

Partindo da experiência vivida na escola pública do município de Carandaí, Escola Municipal “Bias Fortes”, pude observar que um dos desafios existentes na escola, está a participação nas tomadas de decisões devido às complicações existentes na relação do gestor com o seu corpo docente e demais funcionários da comunidade escolar, não existe motivação na grande maioria das vezes, falta compromisso e vontade por parte dos envolvidos. Por isso a necessidade de desenvolver tal trabalho, sobre as questões políticas e pedagógicas que permeiam as relações dos professores e demais envolvidos com o gestor. Objetivando buscar maneiras de mudar essa realidade que interfere na efetiva implantação da gestão democrática, compartilhada, e usar também esse mecanismo como instrumento de apoio a aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental para o devido desenvolvimento dos educandos da sociedade contemporânea.

Confirmando essa idéia, PRIS (1992) nos diz o seguinte;

A gestão democrática possui um duplo significado: pedagógico, porque pode levar a escola pública a ajudar na construção da cidadania, educando com responsabilidade; político, por buscar o equilíbrio entre decisões de vários segmentos, sem renunciar ao princípio da unidade de ação (p.23).

O especialista, o professor também são gestores e devem ter ciência de que cada ação influenciará diretamente em todo andamento da escola, principalmente na aprendizagem do educando. A participação ativa de todos os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do educando é luta contínua da escola aqui mencionada e é um princípio presente na atual Constituição Federal.

A gestão escolar como instrumento de apoio pedagógico trouxe a tona fortes transformações que vêm surgindo tanto no interior do sistema de ensino, quanto no meio social provocando mudanças na concepção da educação, do papel da escola na sociedade.

2 – A RELAÇÃO FAMÍLIA/ ESCOLA NA VISÃO DO GESTOR

2.1 - Afinal, educar é responsabilidade de quem?

Os conceitos e visões acerca das categorias escola, família, aluno e aprendizagem. Consistem numa tentativa de compreensão e interpretação do quanto à falta de participação dos pais no processo educacional constitui um fenômeno abrangente e complexo. A análise destes elementos nesta instituição de ensino, tem a proposição de apreender e codificar o fenômeno da falta de participação da família na vida escolar dos seus filhos, bem como conhecer as influências deste fenômeno no referido processo.

Além da escola é a família que tem um papel preponderante na educação de seus filhos cabendo a ela dar continuidade ao processo educacional formal iniciado no ambiente escolar. Assim, o processo educacional que aí se dá necessita ser compreendido como complementar ao

que cada um traz de história individual e coletiva. A educação não começa na escola, mas nasce antes, no seio familiar.

No ambiente escolar estudado, os professores que colaboraram na pesquisa, reconhecem que os pais são os principais responsáveis pela educação de seus filhos, porém há aqueles que deixam esta etapa apenas para a escola, sem comprometer-se de modo efetivo. E, quando questionados sobre o grau de participação dos pais dos alunos nas atividades escolares, os professores, em sua grande maioria, informaram que é média a participação da família, podendo esta se dar de um modo bem mais amplo e sensível.

Porém, quando ocorre presença e participação maior dos pais, em algumas turmas na escola, este fato não pode significar falta de responsabilidade dos professores para com a aprendizagem dos alunos e do governo no que se refere à educação como um todo. Percebi que os pais são capazes de envolver-se com o processo escolar de seus filhos e exigir que a escola cumpra o papel que lhe cabe na educação, mas sem descaracterizar a especificidade dos papéis que cada instância deve exercer.

Acredito que o gestor busca maneiras de conseguir um clima de respeito mútuo, de colaboração, de compromisso com um objetivo comum. É condição indispensável para que a atuação docente seja eficaz na construção da cidadania de seus alunos. E a observação da atuação dos educandos em situações o menos artificiais possíveis, em um clima de cooperação e cumplicidade, é a melhor maneira de se estreitar esses laços. Como lembra Sacristán (2005 p. 192): “Para que a situação do aluno mude, nós temos que mudar antes”. A cada dia, fica mais evidente que, para a mudança ocorrer a contento, é necessário todos nós, gestores, educadores, família, nos dispusemos a abrir nossas mentes a diferentes ideias e teorias, por vezes estranhas e incomuns, mas que nos ajudam a ver com outros olhos o mundo que nos cerca, o que realmente é primordial e eficaz na mudança da realidade de nossos alunos.

2.2 - A importância dos pais no processo de aprendizagem:

Durante esse projeto, em pesquisas realizadas junto aos pais, estes citaram fatores como: Falta de incentivo, de acompanhamento e orientação em se tratando do meio familiar, falta de diálogo e afetividade, ausência paterna ou materna tentando se justificarem na pouca participação nas atividades escolares em se tratando dos empecilhos particulares de cada um.

Os pais têm um importante papel em fortalecer a autoestima da criança, dando estímulos positivos, estabelecendo relações saudáveis, prazerosas e produtivas para que essa sensação se transforme em retorno somador para o desenvolvimento pessoal: Para que a criança vá bem, ela precisa de um ambiente afetivamente equilibrado, onde receba amor autêntico capaz de satisfazer suas necessidades emocionais.

Esses estímulos recebidos através da família são os responsáveis pela capacidade das crianças conviverem harmoniosamente com seus colegas na escola, compreendendo as regras comuns a todos e reconhecendo direitos e deveres, facilitando assim o processo de aprendizagem. Também a construção do conhecimento se dá de acordo com o que já se sabe, uma vez que todo novo conhecimento precisa associar-se a outro já aprendido para, a partir de então o modificar e o aumentar. Segundo Negrine, 1994, p.28:

O ambiente familiar parece ser o primeiro e mais significativo local para a internalização de valores, criação de hábitos e de aprendizagem variadas. Quanto mais estimulador for este ambiente, mais ele influi na transformação dos processos elementares em superiores; em contrapartida, quanto mais conflitivo, mais carente de afetividade, maiores problemas trará a criança em formação. De qualquer forma as influências do ambiente familiar adicionais àquelas extraídas do contexto sócio cultural permitem que ela vá construindo todo um saber e se constituem nos alicerces das primeiras aprendizagens (1994, p. 28).

Inclusive, quanto mais se valorizar o saber do aluno, mais relações podem ser estabelecidas entre os conteúdos que serão aprendidos e os conhecimentos já existentes, e também mais possibilidades terá a criança de responder a situações ou problemas.

Assim, a família revela-se fator indispensável para a boa formação destes. É ela que propicia o suporte afetivo necessário e, quando em sintonia com a escola, que aqui vem tentando fortalecer esse laço; favorece o desenrolar de uma aprendizagem mais significativa, um percurso acadêmico

mais tranquilo e um desenvolvimento intelectual e emocional mais harmonioso para meninos e meninas.

Conhecendo a realidade da comunidade pesquisada, percebi que as famílias dos alunos não fazem parte dos modelos de famílias convencionais, que a sociedade impõe, as ditas como “normais”, trata-se de filhos criados sem a presença dos pais, abandonados a própria sorte, criados por vizinhos, criados somente com as mães, sem saber quem é o pai, que dependem dos avós, que convivem com traficantes e usuários de drogas, enfim a realidade não contribui para esses alunos chegarem a escola preparados para compartilhar o saber. Chegam estressados, com autoestima baixa, sem noções básicas de regras e convivência.

Por isso trabalhar para melhorar a vida dessas crianças, de modo a diminuir essas diferenças e incluir realmente nossas crianças á sociedade, é meio de melhorar a qualidade do ensino formal e a vida pessoal dessas pessoas.

2.3 - O diálogo entre gestor, pais, alunos e professores:

As relações entre seres humanos nem sempre são fáceis. E, para inibir casos em que situações desgastantes ocorram, devemos nos acercar de duas poderosas armas: o diálogo e o respeito. Tanto alunos, os pais destes, professores e funcionários que trabalham diariamente conosco são seres humanos, e sabemos perfeitamente que os dias para as pessoas não são todos iguais é normal que homens, mulheres e crianças tenham dias considerados ruins, onde a irritabilidade impera, sendo que esses momentos precisam ser respeitados.

Devemos nos conscientizar da importância de duas atitudes: conhecermos a fundo nossas emoções, controlando as sempre que for necessário, e entendermos os momentos de fragilidade de quem convive conosco, procurando, desta maneira, evitar todo e qualquer momento negativo. Como diz Cury (2003, p. 76): “Nos primeiros trinta segundos que estamos tensos, cometemos os piores erros, nossas piores atrocidades. No calor da tensão, seja amigo do silêncio, respire fundo”.

Precisamos parar momentaneamente nossas atividades e refletir sobre as práticas que mantemos, pois a construção do conhecimento se dá pela reflexão.

O gestor, como mediador nesse processo, deve estar em um constante fazer e refazer, propondo, questionando, avaliando, inovando... Porém, sua ação necessita ser planejada e refletida com esmero.

Assim, é conveniente que os professores sejam disponibilizados todos os dados que permitem conhecer cada passo seguido pelo aluno em seu processo de aprendizagem, visando determinar suas necessidades e, a partir daí, propor novas medidas educativas.

Concluindo então esse tópico, para que se efetive na prática o processo ensino-aprendizagem, é necessário partilhar responsabilidades com a presença ativa de todos os envolvidos, organizando e definindo objetivos e estratégias, bem como sanar conflitos e situações indesejáveis que não foram previstos no planejamento. Tecer essa dimensão significa transformar, revolucionar.

3 – A GESTÃO EM MOVIMENTO

A gestão nesta pesquisa visa uma administração dinâmica, onde há busca de parcerias com a comunidade escolar, através de projetos, inclusive a adesão a novos programas, como exemplo o Programa Mais Educação, que amplia o tempo dos alunos na escola. São ações que vêm crescendo de forma delicada, mas significativa, o diálogo necessário entre a formação humanista, cidadã de todos os envolvidos inicia-se no interior da escola, por meio da criação de espaços e situações nas quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos, discutem criticamente o cotidiano escolar. Apontando juntos novas alternativas. Ou seja, a função da escola está em “preparar e elevar o indivíduo ao domínio de instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos” (RODRIGUES, 1987, p.43), em um âmbito muito além dos muros da escola.

Uma educação voltada para a preparação do futuro de nossos alunos na perspectiva de continuar seus estudos, não desistir de seus sonhos. Buscar meios e recursos para diminuir a evasão escolar, através de projetos e oficinas que atraia cada vez mais o aluno para a escola.

A escola como agente norteador de mudanças na sociedade, deixa aqui registrado a importância de acrescentar em seu currículo a aquisição dos saberes convencionais e do letramento, o conhecimento de culturas que não podem ser esquecidos, valores e etnias que vêm sendo subjugados por uma minoria de descrentes na humanização. Tudo para que o aluno, a partir desses preceitos, possa compreender o mundo em que vive.

O Ensino Fundamental, aqui especificamente nesta escola, nos anos iniciais tem por finalidade a formação do cidadão de maneira ampla. Alfabetizar e letrar os alunos, dentro dos currículos exigidos por lei, no ensino regular, de maneira que sirva de base para a continuidade desse processo.

A escola aqui representada por seu gestor, está encontrando meios alternativos como o projeto mais educação que amplia a jornada escolar dos alunos na escola, participando de oficinas previamente determinadas e organizadas para melhorar a aprendizagem e a qualidade de vida dos alunos. E que de conta partida aproximou os pais nas atividades extraclasse desse programa.

O processo de ensino-aprendizagem é compartilhado, nele, o aluno, conta com o apoio do professor, e consegue progressivamente grandes resultados, se mostrando competente e autônomo na resolução das tarefas, na utilização de conceitos e no exercício de determinadas atitudes. Assim o processo é construtivo de cunho social, e a aprendizagem passa a ser natural inteligente e significativa.

3.1 - Mecanismos para a participação da comunidade escolar:

Vivemos numa sociedade competitiva e desigual onde há uma crescente distinção entre os que podem e os que não podem; os que agem e os que reagem, os que sabem e os que não tiveram a oportunidade de saber, os que têm e os que não têm. Esta exclusão e injustiças sociais, tão claramente

evidenciadas e geram um enorme conflito, não permitindo a todas as pessoas a participação nos bens materiais e muito menos na possibilidade de construir juntos um mundo justo para todos.

Na escola está a “varinha mágica” onde estão sendo depositadas as esperanças, os anseios, os mais nobres e justos desejos de viver dignamente e de alimentar a mente e o espírito, cumprindo uma função nutridora, provedora e agente responsável em conduzir as discrepâncias sociais que assolam o país, a falta de estrutura e valores das famílias, os filhos frutos de relações inconsequentes e que posteriormente são abandonados pelos pais e criados à margem de sua sorte. Tudo isso vem obrigando as escolas a montar estratégias, se organizado para configurar o perfil deste mundo novo.

Com grandes exceções, alguns alunos e suas famílias não respondem bem a uma proposta educacional em parceria com a escola no acompanhamento ao rendimento escolar dos alunos e para a resolução dos problemas mais fundamentais que vivemos. A escola hoje busca através do diálogo, e as vezes por convocação, a parceria que falta para fechar o elo da educação, o contato direto com o seu público é muito importante, as pessoas não param mais para “ouvir” o próximo. Aqui se percebe que com reuniões mais regulares, com atenção diferenciada e através de projetos, a comunidade aos poucos está mais participativa.

A direção, junto com a equipe, está atenta ao seu público-alvo, se colocando no lugar dos pais e intervindo até na saúde dos alunos, marcando consultas e triagens para tratamento psicológico, oftalmológico e neuropediátrico, pois acredita que se a saúde vai bem o ensino com certeza vai acontecer naturalmente.

A família sempre é notificada em casos de faltas excessivas, que sempre são monitoradas pelo professor e supervisor, convocando a família para esclarecimento, a qualquer data que possa vir precisar, não somente em reuniões de entrega de resultados.

A parceria com o Conselho Tutelar local e com o Ministério Público tem dado bons resultados e a evasão escolar diminuiu de maneira bem significativa.

A participação nos conselhos escolares ainda precisa ser melhorada, os pais e ou responsáveis, não acompanham como deveriam os assuntos tratados nas reuniões as quais são convocados.

3.2 – A escola ideal

3.2.1 – Princípios básicos:

- Todo ser humano é capaz de aprender e de se desenvolver desde que lhe seja assegurado, além do acesso, boas condições para sua inclusão e permanência na escola.

- É dever de a escola garantir a equidade de tratamento e de oportunidades a todos os alunos, oferecendo-lhes cuidados e atenção de acordo com suas necessidades.

- Compete á escola efetivar não apenas a formação intelectual, mas também a formação moral, emocional e física de cada aluno.

3.2.2 – Finalidades

- Proporcionar condições para que o aluno compreenda a realidade social em que está inserido e, assim, possa exercer sua cidadania.

- Formar o aluno com competências cognitivas, atitudinais, relacionais e comunicativas necessárias para que ele viva e atue plenamente em sociedade.

- Proporcionar ao aluno condições de construir seus conhecimentos científicos, técnicos, culturais, sociais, éticos, estéticos e políticos, desenvolvendo suas competências e habilidades intelectuais e físicas.

- Levar o aluno a gostar de aprender, pesquisar, estudar, incentivando sua curiosidade, a fim de dotá-lo de autonomia intelectual.

- Desenvolver no aluno o senso ético, a responsabilidade e as atitudes de compromisso, solidariedade e interação com os outros.

- Levar o aluno a adquirir habilidades gerais e específicas, por área de conhecimentos, por meio do acesso ao conhecimento historicamente

produzido, á cultura, aos conceitos fundamentais das ciências e da tecnologia e do funcionamento social.

3.2.3 – Ações para a busca da escola ideal:

Após a explicitação dos fundamentos filosóficos, políticos e pedagógicos, dos princípios e das finalidades da Educação que a escola deseja desenvolver, a comunidade passa a detalhar como tudo isso pode e deve acontecer no seu dia-a-dia.

A educação nos anos iniciais do ensino fundamental tem relevância na formação do aluno, pois as bases do conhecimento científico estão centradas nessa etapa. Nesta perspectiva, o trabalho com projetos e oficinas, torna-se um importante recurso pedagógico ao possibilitar um trabalho mais dinâmico, significativo e que pode perpassar as fronteiras do local para o global. A proposta de projetos é enriquecedora e amplia o acervo cultural do aluno, sem qualquer preconceito.

Clareza na definição dos objetivos e finalidades para que não cumpram simplesmente uma agenda decorativa, revelando uma falsa ideia de que a escola trabalha de forma motivadora e criativa, na linha da contemporaneidade pedagógica. Cria-se responsabilidades e maneiras de aprofundar os significados das ações pedagógicas.

Para o que nos propusermos a fazer na construção e implantação das ações do currículo em nossa escola, busca-se motivação e cumplicidade do nosso ato de educar, pois este produz efeitos da ordem do subjetivo e alcança a mente de nossos alunos. Efeitos esses, que podem contribuir de forma significativa com processos humanos emancipatórios ou legitimar uma condição cultural e social desfavorável, fortalecendo as teorias e concepções de currículo que sustentam uma sociedade excludente.

CONCLUSÃO:

A escola é bem conservada, mas existe uma necessidade muito frequente de serviços de manutenção, sendo que para tal, a escola recebeu, no ano de 2014, uma boa reforma. Pode-se dizer que quanto aos equipamentos a escola é mesclada, tendo aparelhos novos misturados com velhos.

Quanto ao processo ensino-aprendizagem a escola tem obtido bons resultados, demonstrando um trabalho equilibrado entre gestão, ação pedagógica e os investimentos financeiros. A escola conscientiza a sua clientela e familiares da importância do trabalho em parceria, resultados estes já visíveis, pois os índices da escola sobre o rendimento escolar já demonstram isso. É privilegiada a questão da autoestima, da valorização pessoal de cada aluno e de cada membro da equipe escolar em questão.

A coordenação pedagógica se mostra atuante, realiza trabalho diretamente com o corpo docente, com o discente, além de envolver a comunidade de uma forma geral, compartilhando as ações com a direção.

A instituição caminha rumo à autonomia, pois tem como ideal pedagógico ser uma escola autônoma, eficiente e eficaz, nas séries iniciais do ensino fundamental.

Em relação aos recursos financeiros estes são bem aplicados e de forma transparente, adotando a gestão participativa e democrática, apesar desses recursos ainda serem limitados. É dessa maneira que a referida instituição tem sua estrutura melhorada em todos os sentidos.

A pesquisa permitiu concluir que o estudo realizado necessita de análise mais detalhada. Para o grupo, em resumo, se as práticas educacionais fossem mais e mais desveladas pelos educadores, as mudanças seriam sentidas de forma mais rápida nas transformações sociais que desejam.

Fazendo uma análise sobre a gestão escolar, aqui fica clara a gestão democrática participativa, pois nos últimos anos, transparência e compartilhamento de ideias é constate em discussões e nas proposições de medidas relativas ao projeto de modernização da administração da referida escola.

Nesse sentido a gestão já conta com membros da comunidade escolar, corpo docente e Conselho Escolar, propicia o aperfeiçoamento da ação coletiva no interior da escola, se apresenta como a alternativa mais adequada para criar as condições favoráveis à melhoria da qualidade do ensino. Desse modo a gestão funciona como instrumento de apoio para se ter uma verdadeira educação de qualidade. Vem possibilitar a concepção de um projeto de escola pensado pelo conjunto dos profissionais que, tendo o conhecimento da realidade dos seus alunos, buscam soluções mais adequadas as suas necessidades. O caminho para edificar novos padrões de qualidade para o ensino ministrado está aos poucos abandonando as práticas individualistas tão arraigadas no nosso cotidiano escolar para construir alternativas pensadas a partir do coletivo, o que pressupõe necessariamente um novo enfoque de gestão. Como confirmou o professor Francisco Coutinho (informação verbal)[3]:

“O mundo contemporâneo é capitalista, o papel da escola hoje está no desafio de criar meios para formar cidadãos “IDIOTAS”, ou seja, cidadãos críticos capazes de “atrasar” ou “não permitir” que o progresso avance de forma tão acelerada que esquecemos o belo e o bom...”

Desse modo o IDIOTA é aquele que retarda a construção de um mundo comum, cria um espaço para hesitação a respeito do que significa verdadeiro, bom e belo. Isso nos leva a refletir sobre nossas prioridades. O que somos e o que queremos ser, só dependem de nossas escolhas. Aqui estamos caminhando e aos poucos levando esse ideal para nossa escola.

[3] Informe repassado pelo palestrante Francisco Ângelo Coutinho, Semana Presencial do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar, na FAE- UFMG em outubro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.**1988. São Paulo.

_____. **PDE Escola: Perguntas e respostas.** Ministério da Educação. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. DIRETORIA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO EDUCACIONAL.Coordenação Geral de Gestão Educacional.Disponívelem:<<http://portal.mec.gov.br/index.php%3FItemid%3FItemid%3FItemid> Acessado em 10/01/2015

BARROSO, J. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal.** In: FERREIRA, N. (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL, **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, nº 248, 1996.

CISEKI, A. A. **Conselhos de escola: coletivos instituintes da escola cidadã.** In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília, 1998. p. 43 - 52.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social e participativa.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

COUTINHO,Francisco Ângelo. Semana Presencial do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar, FAE – UFMG, 2014 (Comunicação Oral).

CUNHA, Charles Moreira. Semana Presencial do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar, FAE – UFMG, 2014 (Comunicação Oral).

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes.** 9.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DOURADO, L. F. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil.** In: FERREIRA, N.(org). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, M & ROMÃO, J. E. (Org). **Autonomia da escola: princípios e propostas.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

<http://www.significados.com.br/gestao/>
<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/gestao/>

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/2666/gestao-democratica-escolar#ixzz3OMOBgTCB>

LIBÂNEO, J. C. **“O sistema de organização e gestão da escola”** in: libâneo, José Carlos. *organização e gestão da escola - teoria e prática*. 4ª ed. Goiânia: alternativa, 2001.

MEDEIROS, I. L. **A gestão democrática na rede municipal de educação de Porto Alegre, de 1989 a 2000 - a tensão entre reforma e mudança**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Porto Alegre, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil: perspectivas psicopedagógicas**. Porto Alegre : Prodil, 1994. v. 2.

PRIS M. de L. M. *Administração colegiada na escola pública*, 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1992.

RODRIGUES, N. **Da mistificação da escola à escola necessária**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. n. 24. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1987.

SACRISTÁN, Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1998.

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO- FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL BIAS FORTES**

MARISETE CRISTINA DE MELO BRANDÃO

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL BIAS FORTES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial, sob a orientação da professora Micheli Virgínia de Andrade Feital, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1 – FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
2.1- Estrutura organizacional administrativa.....	10
2.1.1- Da Diretoria	10
2.1.2- Da Secretaria.....	11
2.1.3- Dos Serviços Gerais.....	11
2.1.4- Da Tesouraria e Contabilidade	11
2. 2 – Estrutura Organizacional Pedagógica.....	12
2.2.1- Do Serviço Pedagógico.....	12
2.2.2 - Serviços Pedagógicos Complementares	13
2.2.3 – O Conselho de Classe	13
2.2.3.1- Composição do Conselho de Classe.....	14
2.2.3.2 – Competências do Conselho de Classe	14
2.2.3.3 – Atendimento ao aluno portador de necessidades educacionais especiais	15
2.2.3.4 - Alunos atendidos	16
2.2.3.5 - Perfil do professor de apoio	17
2.2.3.6 - Atribuições do professor de apoio	17
2.2.3.7 - Sugestões de materiais	17
2.2.3.8 - Recursos específicos.....	18
2.2.3.9 – Estrutura do Ensino	18
3. CURRÍCULO	20
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	25
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	26
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	30
7. AVALIAÇÃO	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO A	38

INTRODUÇÃO

A universalização do ensino fundamental implica a garantia de acesso, de permanência e de continuidade dos estudos, para a formação de cidadãos capazes de atuar na sociedade como agentes de transformação. Nesta perspectiva, o grande desafio da educação brasileira consiste em avançar no sentido de garantir uma educação de qualidade e assegurar a todos o princípio fundamental do direito à educação.

Planejar o trabalho da escola é condição imprescindível para que objetivos sejam traçados e alcançados. Esta construção precisa, no entanto, ser edificada em um processo democrático de gestão, em que os atores escolares possam encontrar espaços de participação e assumam coletivamente a escola e nela adotem intervenções responsáveis.

Essa ação de planejar e intervir adequadamente define responsabilidades, alivia tensões, gera confiança e garante sucesso. Em consequência, desencadeia-se um processo de valorização dos sujeitos, com a elevação da autoestima de todo o grupo, fortalecendo canais de participação.

Como instrumento essencial para a organização do trabalho pedagógico, o PPP ganha importância e nasce da necessidade de modificar uma realidade existente para construção de um novo cenário que se deseja. O PPP deve representar, portanto, o desejo de um coletivo e consistir em um plano de melhoria, num processo em que a escola assume a sua autonomia para alcançar seus objetivos.

O Projeto Pedagógico é um instrumento de planejamento e gestão que dá sentido e identidade a toda a instituição. Como nos esclarece BARBIER (1996):

...projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma ideia, transformando-a em ato. Para tanto, considerando-se o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam motivadas e adquiram uma visão da relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediada pela relação entre recursos-limitações-gestão. A motivação, entretanto, constitui um trabalho próprio do imaginário. Daí porque sem imagens fortes que estimulem as ações, um projeto corre o risco de não se viabilizar, tendo em vista que as nossas imagens constituem uma força, e é impossível mudar sem que nossas representações sejam trabalhadas. (BARBIER, 1996, p.34).

A Escola Municipal “Bias Fortes”, integra a rede Municipal de Ensino, é coordenada pelo Departamento Municipal de Educação – DME - órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, representado aqui pela 3ª SRE-Barbacena/MG. Está situada na zona urbana, à Rua Cônego Cota, nº19, Bairro Centro, no Município de Carandaí-MG. O quadro administrativo-pedagógico da escola é constituído por uma diretora, duas supervisoras, uma secretária, dezessete professores e seis auxiliares de serviços de educação básica. Além desses, temos também quatro monitores de oficinas do Programa Mais Educação.

A escola oferece o ensino fundamental, anos iniciais, do 1º ao 5º ano, num total de 10 turmas que se dividem em dois turnos: 5 turmas são atendidas no primeiro e 5 no segundo. Temos matriculados no ano em curso, um total de duzentos e seis alunos, estes oriundos da comunidade próxima, alguns da zona rural e majoritariamente apresentam grande carência sócio-econômica. Realidade que aumenta a responsabilidade social da escola para que condições favoráveis de aprendizagem sejam criadas. É fundamental que nossos alunos se sintam bem no ambiente escolar, que gostem da escola e que queiram estar neste lugar, elevando a autoestima do grupo.

As instalações físicas atuais estão dentro dos parâmetros considerados ideais, pois passamos por uma grande reforma e adequações diversas foram feitas, principalmente a acessibilidade com banheiros adaptados para cadeirantes, rampas, grades de proteção e corrimão em todas as dependências.

O prédio é centenário e patrimônio público do município, com a preservação da arquitetura original e conta com seis salas de aulas, amplas e bem ventiladas. Destas, uma é utilizada para laboratório de informática e para atividades do programa Mais Educação. Temos sala para a direção, para as especialistas, secretaria, biblioteca, cantina, refeitório coberto, quadra coberta, pátio descoberto e um parquinho. Temos também espaço para o projeto Horta Escolar.

É fundamental combater o fracasso e a evasão escolar, implementando políticas que garantam a permanência dos alunos na escola, oferecendo meios que atraiam

esses alunos, para se ter de fato, o que a escola almeja. Com efeito, nosso Projeto Político Pedagógico deve se orientar pelos seguintes princípios:

1 – Todos podem aprender: esse é o desafio que uma escola de qualidade deve assumir. A Escola propiciará condições para que, no processo de ensino-aprendizagem, os alunos sintam-se motivados a “aprender a aprender”, tornando mais importante o aprender do que o ensinar.

2 – Os alunos devem ser considerados como sujeitos de direitos. É esta compreensão que sustenta a busca da igualdade e contribui para transformar em realidade o discurso de que a educação básica é para todos.

3 – O grande desafio da escola é fazer aprender, utilizando métodos científicos e recursos pedagógicos que, reconhecendo as diferenças existentes entre os alunos, garantam a todos o acesso à educação de qualidade.

4 – O currículo deve ser implementado de forma interdisciplinar e contextualizada e o trabalho docente deve ser coletivo.

5 – A avaliação dos alunos deve ser processual, contínua e formativa, tendo como finalidade a compreensão e a regulação dos processos dos educandos, para auxiliá-los em sua trajetória escolar, garantindo a progressão continuada das aprendizagens.

6 – A Gestão Escolar precisa ser democrática, descentralizada e autônoma, para que os tempos e espaços escolares sejam reorganizados, permitindo a flexibilização na apresentação dos conteúdos programáticos.

Conhecendo nossa realidade e buscando uma gestão com êxito, precisamos traçar estratégias possíveis para concretização das ações e buscar sempre o envolvimento da família e comunidade escolar. Rubens Camargo e Teresa Adrião (2003, p. 31 e 32), apontam as estratégias a seguir, como elementos podem impulsionar um trabalho participativo e de qualidade na escola como:

- Utilizar diferentes instrumentos e formas para chamar a comunidade a participar da gestão da escola, promovendo discussões, manifestações culturais, mudando o funcionamento das reuniões que já são realizadas, acolhendo de maneira prazerosa os sujeitos envolvidos;
- Organizar as reuniões, com pauta previamente definida e divulgada, horário para começar e acabar, delegação de trabalhos por meio de comissões etc., pois a sensação de improdutividade é um dos fatores que gera as abstenções nos encontros;
- Adotar a sistemática de rodízio para a coordenação de reuniões, dado ser esta

- uma habilidade que se adquire ao exercê-la;
- Realizar, sempre que necessário, uma decodificação das leis, normas, portarias e demais documentos formais, pois nem todos dominam a linguagem burocrática;
 - Estabelecer coletivamente prioridades e distribuir, também de maneira coletiva, as responsabilidades pela sua operacionalização;
 - Definir prioridades e metas, pode e deve pressupor a seleção de recursos e prazos a serem cumpridos atingido, caso contrário a sensação será de incapacidade;
 - Propiciar e valorizar as discussões prévias entre representantes e representados para subsidiar o processo de tomada de decisões;
 - Incorporar experiências populares e locais na resolução de problemas pontuais, como tática para o incentivo aos encontros coletivos (...);
 - Lembrar que um coletivo articulado geralmente desenvolve instrumentos de pressão mais eficazes.

Nesse sentido, fica evidente a importância da escola ter uma visão definida do que quer e precisa-se conhecer a exata dimensão da escola real e a escola ideal, para que sejam traçadas estratégias acertadas de ação e propostas possíveis.

Neste PPP, apresentamos as diretrizes referenciais, filosóficas e operacionais que deverão nortear o processo ensino-aprendizagem da Escola Municipal “Bias Fortes”, com o propósito de oferecer condições para a **formação de um cidadão crítico, criativo, responsável, visando a qualidade de ensino e integração entre comunidade e escola.**

1 – FINALIDADES DA ESCOLA

As transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, consequência dos processos de globalização, têm reflexos na sociedade e, com efeito, nas escolas. Os nexos entre essas transformações e a administração escolar apontam para os novos desafios frente aos gestores educacionais para o exercício da prática competente e reflexiva. Diante desse cenário, Paro (1997) afirma:

Nessa relação, entretanto, é necessário uma visão crítica do processo da administração escolar, a qual exige um conhecimento mais ou menos preciso da estrutura socioeconômica da sociedade capitalista que vivemos. A gestão escolar precisa ser entendida no âmbito da sociedade política comprometida com a própria transformação social (PARO, 1997, p. 149).

A escola hoje vem buscando adotar posturas menos conservadoras e assumir processos de aprendizagem que se ajustam à realidade de sua clientela. A

preocupação com o aluno vai além do aprendizado; abrange questões sociais mais amplas e ocupa-se de uma visão de futuro para que esse aluno tenha perspectivas profissionais e realização humana.

Para isso, torna-se necessário um novo modelo de gestão escolar, participativo, democrático e autônomo, com a construção de um ambiente educativo que proporcione aos alunos aprendizagens significativas. É preciso considerar a educação na sua dimensão social, para além da escolarização como prática educativa institucionalizada. No entanto, sabemos que ela tem na escola o seu *locus* privilegiado. É importante que essas políticas não sejam entendidas a partir da submissão “à lógica utilitarista, de vinculação irrestrita às demandas do processo produtivo” (DOURADO, 2003, p. 79). Isto significa dizer que a escola, principalmente a pública, não deve ter vínculo apenas com a lógica do mercado de trabalho, ou seja, precisa desempenhar o seu papel político-institucional, resgatando, assim, a sua função social.

As políticas voltadas para a democratização das relações escolares devem considerar o contexto em que elas se inserem, suas necessidades decorrentes e as condições objetivas em que elas se efetivam. Como afirma a LDB (1996):

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (LDB nº 9.394/ 1996. Art. 2º)

A educação deve ser instrumento de humanização e de interação social, proporcionando uma educação de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação. Nesse processo cooperativo são maiores as possibilidades de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se, como ser único, mas também coletivo.

Importante também é fortalecer um currículo em que o conteúdo a ser desenvolvido seja relacionado ao cotidiano do educando, utilizando situações de sala de aula, discutindo e informando através de temáticas que tenham ou que criem significado para o aluno.

A escola precisa proporcionar condições favoráveis para a construção consciente de valores cívicos e sociais. Deve assegurar espaços e oportunidades para a liberdade de expressão, garantindo a autonomia com responsabilidade, diante dos

fatos cotidianos. Com isso, são inúmeras as possibilidades da escola de promover a formação para a ética e cidadania

O momento histórico vivenciado, no contexto educativo escolar, aponta para uma Filosofia de Educação que possa contemplar as múltiplas dimensões do homem, como sujeito inserido num contexto social. Segundo Cury (1997), essa perspectiva teórica, extrapola os segmentos escolares. Para ele,

na gestão democrática, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, mas para que ocorra essa sintonia é necessária à participação de todos os segmentos que compõem o processo educacional, de um trabalho coletivo que busque ações concretas. Para que se efetive essa gestão democrática, faz-se necessário vivenciar, no dia-a-dia, incorporar ao cotidiano da escola e tornar essencial para a vida organizacional da escola, assim como é fundamental a presença do professor e do aluno. (CURY, 1997, p. 27)

A escola hoje passa a ser parte inseparável da totalidade social e busca o conhecimento do mundo. Para tanto, a organização e o currículo escolar, bem como os programas e os planos de ensino, devem ser considerados como ponto de partida para apropriação, sistematização, produção e recriação do saber.

Objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo, a escola busca na pedagogia progressista, baseada nos estudos de Paulo Freire, a teoria dialética do conhecimento, refletindo a prática e retornando a ela para transformá-la. Educador e Educando aprendem juntos numa relação dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria, reorienta esta teoria, num processo de constante aperfeiçoamento.

Para Paulo Freire "o homem é o sujeito da educação e, apesar de uma grande ênfase no sujeito, evidencia-se uma tendência interacionista, já que a interação homem – mundo- sujeito - objeto é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis". É refletindo sobre seu ambiente concreto que o homem chegará a ser sujeito. Quanto mais ele reflete sobre a realidade, mais se torna progressivo e gradualmente consciente e comprometido a intervir na realidade para mudá-la (MIZUKAMI, p.86, 1986).

Outra tendência pedagógica da escola é o construtivismo, que se sustenta no processo pelo qual o indivíduo desenvolve sua inteligência adaptativa e seu próprio conhecimento.

Para Piaget, a noção de desenvolvimento do ser humano se dá por fases que se

relacionam e se sucedem, até que se atinjam estágios da inteligência caracterizados por maior mobilidade e estabilidade (MIZUKAMI, p.60,1986)."O ser humano constrói o seu conhecimento interagindo com o meio, desenvolvendo suas estruturas cognitivas até atingir um nível de maturidade que permita elaborar o aprendido e novamente recomeçar o processo."

Enfim, a tendência pedagógica da Escola Municipal "Bias Fortes" é a constante busca de um ensino de qualidade, através do exercício pedagógico que desafie o aluno a confrontar seu saber com os saberes produzidos. Dessa forma, nosso trabalho precisa garantir condições de acesso e permanência de todos e prepará-los para enfrentar um mundo caracterizado pela inovação e conhecimento.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os termos organização e gestão são geralmente associados à ideia de administração, de governo, de meios para o funcionamento de determinada instituição social, como família, empresa, órgão público, escola, sempre com o intuito de alcançar seus objetivos.

Organizar significa dispor de forma ordenada, estruturar, planejar uma ação e prover as condições necessárias para realizá-la, visando alcançar os objetivos esperados. Sobre organização e gestão escolar, Libâneo et. al. (2003, p. 293), ressalta que "a organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados."

Para se ter uma estrutura organizacional bem sucedida é preciso articular as normas, diretrizes, ações e procedimentos, permitindo conectar os recursos materiais, humanos, financeiros e intelectuais, assim como a coordenação do trabalho das pessoas envolvidas.

Tendo em vista que a escola é uma organização e nela há interação social, é preciso criar meios e normas para de uma boa convivência no espaço da escola, a fim de um objetivo maior, que é o aprendizado do aluno. Como mostra Cury, p. 22, 1997:

“[...] A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia a participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade[...].”

Nessa perspectiva, a gestão democrática é organizada para mobilizar meios e adotar procedimentos visando alcançar uma estrutura organizacional das esferas da gestão administrativa, financeira e pedagógica.

A Escola Municipal Bias Fortes, conta com uma estrutura física de um prédio com um anexo; no primeiro bloco possui três salas de aula, sala de informática, sala da direção, da supervisão e quatro banheiros (um com acessibilidade). A secretaria, a biblioteca, dois banheiros e mais duas salas de aula ficam no anexo dois construído em 1996, na parte inferior do lote à direita. A sala dos professores, cantina, refeitório, e o almoxarifado funcionam na parte inferior do prédio antigo. Temos ainda uma quadra coberta, um pátio externo e uma horta cultivada nas oficinas do projeto Mais Educação.

2.1- Estrutura organizacional administrativa

2.1.1- Da Diretoria

A gestão da escola tem à frente uma diretora, que foi nomeada através de Decreto Municipal.

À Diretora da escola compete:

- I- orientar e administrar todo o trabalho escolar;
- II- organizar, coordenar, controlar e avaliar os trabalhos desenvolvidos no estabelecimento;
- III- delegar competências;
- IV- estabelecer as atribuições de seus subordinados hierárquicos;
- V- assinar toda a documentação da escola;
- VI- representar a escola perante órgãos administrativos;
- VII- cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas dos órgãos competentes;

- VII- velar pela fiel observância do regime didático e disciplinar;
- IX-coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola;
- X- estabelecer diretrizes e instruções referentes ao regime disciplinar para o Pessoal técnico-administrativo, docente e discente;
- XI- favorecer a integração da Escola com a comunidade, através de mútua cooperação, na realização das atividades de caráter cívico, social e cultural.

2.1.2- Da Secretaria

A Secretaria terá por finalidade:

- I- a organização dos serviços de escrituração escolar, da escola, tanto do corpo docente quanto discente.
- II- a execução e controle das normas administrativas da escola;
- III- atender às solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;
- IV- manter atualizada toda a documentação do estabelecimento;
- V- desincumbir-se de todas as atividades que, por sua natureza, estão no âmbito de sua competência.

2.1.3- Dos Serviços Gerais

A Escola Municipal Bias Fortes conta com serviços de conservação, limpeza e cantina. Os funcionários dos serviços gerais serão admitidos em consonância com as exigências legais.

As atribuições do pessoal dos serviços gerais serão supervisionadas pelo Diretor, em conformidade com as necessidades do próprio estabelecimento.

2.1.4- Da Tesouraria e Contabilidade

Compete à Tesoureira:

- I- Acompanhar os repasses feitos a Caixa Escolar;
- II- Fazer a escrituração da receita e despesa, nos termos que forem

- determinados pela Inspeção de Finanças da Secretaria da Educação;
- III- Apresentar mensalmente, ao Diretor, o balancete das contas;
 - IV- Efetuar pagamentos autorizados pelo Diretor;
 - V- Manter em ordem e sob sua supervisão os livros, documentos e serviços contábeis da Caixa Escolar;
 - VI- Assinar cheques juntamente com o Diretor.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

2.2.1- Do Serviço Pedagógico

O Serviço de orientação e supervisão pedagógica é formado por duas especialistas efetivas, umas por turno e estas têm a função de acompanhar todo o trabalho pedagógico da escola com monitoramento da aprendizagem das cinco turmas do ensino fundamental.

As finalidades desse serviço são:

- a. Acompanhar o desenvolvimento de todo o trabalho de ensino-aprendizagem, de modo a estabelecer a harmonia entre as atividades, áreas de estudo ou disciplinas afins e o constante aperfeiçoamento do sistema pedagógico;
- b. Propor critérios para a composição de turmas e orientar a execução do plano aprovado pelos gestores;
- c. Fornecer ao gestor, quando solicitado, os elementos relativos às necessidades de aperfeiçoamento técnico e cultural do corpo docente e às condições e instrumentos requeridos para melhor eficiência do ensino;
- d. Promover a análise dos resultados do ensino em cada período letivo, organizando e mantendo em dia quadros de acompanhamento da vida escolar;
- e. Organizar arquivo específico sobre as atividades dos professores, possibilitando informações objetivas para avaliação de seu trabalho na comunidade escolar;

- f. Supervisionar os Estágios, e outras práticas educativas;
- g. Coordenar as reuniões de módulo e conselho de classe para análise do rendimento dos alunos e avaliação do trabalho dos professores.

2.2.2 - Serviços Pedagógicos Complementares

A Sala de informática está em processo de adaptação e será reativada brevemente. A biblioteca escolar é um dos espaços indispensáveis para o processo ensino aprendizagem dos alunos e dos professores e deve desenvolver projetos que integrem a atividade leitora ao desenvolvimento da cidadania. Tem a finalidade de fornecer elementos necessários ao aluno para o desenvolvimento realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas, pesquisas e empréstimos de livros durante todo o ano letivo. O serviço conta com uma bibliotecária à disposição.

Para aperfeiçoamento e acompanhamento didático pedagógico do corpo docente, estamos sempre participando de seminários, cursos de capacitação e atualização promovidos pelo Departamento Municipal de Educação. Além dessa modalidade de formação a equipe, em parceria com o governo Federal e Estadual, desenvolve e participa do Plano de Intervenção Pedagógica-PIP, do Pacto Alfabetização no tempo certo, bem como projetos culturais de nossa cidade.

2.2.3 – O Conselho de Classe

O Conselho de classe tem por objetivo refletir sobre o desempenho dos alunos a partir das observações e registros, sob a forma de portfólio, organizado pelos professores, com a coordenação do serviço pedagógico. É no Conselho de Classe que são avaliadas as ações pedagógicas desenvolvidas ao longo do bimestre, quando são definidas as intervenções para superação de defasagens e baixo desempenho do aluno. A partir das observações, sugestões e decisões do Conselho de Classe são encaminhadas ações com os alunos, junto às famílias e outras pertinentes ao percurso escolar do aluno. Sobre o Conselho de Classe, SOUZA (2010), descreve:

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante.

(SOUZA, Ângelo Ricardo, 2010 p.)

2.2.3.1- Composição do Conselho de Classe

- a. Diretor ou representante;
- b. Especialistas da educação;
- c. Professores da turma;
- d. Pais e alunos, quando necessários ou solicitados.

2.2.3.2 – Competências do Conselho de Classe

- I. Oportunizar a cada professor a visão global da aprendizagem do aluno através do confronto das diversas avaliações, bem como de outras informações;
- II. Debater sobre o desempenho dos alunos frente às atividades que são oferecidas pela escola;
- III. Colocar como ponto de reflexão a prática pedagógica de cada docente, situando a relação aluno/professor/conteúdos e atividades propostas;
- IV. Traçar um perfil da turma, indicando alunos com dificuldades específicas, analisando as causas do seu rendimento e encaminhando-os à recuperação de conteúdo e/ou habilidade;
- V. Tomar decisões visando atender às necessidades da série e de cada aluno;
- VI. Interpretar e registrar sistematicamente os dados analisados;
- VII. Avaliar o desempenho docente em relação ao desempenho discente;
- VIII. Redimensionar, se necessário, procedimentos pedagógicos a partir da análise dos planos de curso;
- IX. Buscar a coerência com o Projeto Político-Pedagógico da Escola;
- X. Opinar, refletir e decidir sobre a avaliação final do aluno que adquiriu as habilidades e competências necessárias, como aquele que teve seu processo de aprendizagem comprometido;
- XI. Decidir sobre a retenção do aluno após a comprovação de que todos os mecanismos foram adotados no sentido de permitir que o aluno superasse suas dificuldades de aprendizagem;
- XII. Elaborar propostas e estratégias para acompanhar os alunos retidos, identificando as causas do fracasso individual e/ou coletivo dos alunos;
- XIII.** Registrar, em ata própria, todas as decisões do Conselho de Classe, bem como repassar à família para que esta tome conhecimento destas decisões.

2.2.3.3 – Atendimento ao aluno portador de necessidades educacionais especiais

A escola conta com professores de apoio para atendimento ao aluno portador de necessidades educacionais especiais. O serviço de assistência ao aluno vai além do âmbito escolar. Através de parcerias com o DME e Secretaria Municipal de Saúde e após sondagem minuciosa na escola, os alunos com dificuldades e com problemas emocionais são encaminhados para especialistas (neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo...) para tratamento, com o apoio da família. Tudo isso visando assegurar condições para o desenvolvimento de um trabalho eficiente, com resultados satisfatórios para todos os alunos

Após diagnóstico do professor regente, com relatório detalhado sobre o desenvolvimento do aluno, este é encaminhado a um especialista, neurologista, fonoaudiólogo, oftalmologista, entre outros. O Departamento Municipal de Educação contrata um professor com formação específica para atender as necessidades daquele aluno. O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais ocorre por meio de estratégias de aprendizagem, centradas em novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar.

É um atendimento de natureza pedagógica, em espaço organizado, dentro do ensino regular, nas dependências da sala de aula e fora dela, com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação específica para trabalhar com esses casos.

O atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais deve basear-se num diagnóstico prévio, na elaboração do PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, na capacitação de profissionais. Estes devem buscar o aprimoramento profissional, através de estudos e pesquisas e desenvolver práticas pedagógicas alternativas, na busca de parcerias com outras instituições e cumprimento da Resolução nº 451 de 27 de maio de 2003 que versa sobre o atendimento educacional especializado, conforme conteúdo a seguir:

- I - pesquisas e estudos científicos para aprimorar os processos
- II - avaliação educacional realizada por uma equipe pedagógica composta por professores, supervisor pedagógico ou

orientador educacional;

III - diagnóstico multidisciplinar, envolvendo profissionais da área de educação e saúde, quando for o caso, e com participação da família;

IV - relatório circunstanciado das informações básicas que justifiquem a oferta;

V - elaboração do PDI -Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno;

VI - diagnóstico multidisciplinar, envolvendo profissionais da área de educação e saúde, quando for o caso, e com participação da família;

VII - relatório circunstanciado das informações básicas que justifiquem a oferta.

2.2.3.4 - Alunos atendidos

Serão atendidos os alunos que apresentarem dificuldades educacionais especiais, temporárias ou permanentes, compreendidas segundo as Diretrizes Nacionais da Educação Básicas e que se identificam a partir dos grupos descritos:

- alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares
- alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos;
- alunos que evidenciem altas habilidades/ superdotação.

Portanto, Incluem nesses grupos alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros.

O atendimento será feito no espaço escolar, em turma regular e para estes alunos serão aplicados os mesmos conteúdos ministrados aos demais da classe, ressalvando a necessidade de maior assistência individual em todo o processo.

Para as atividades avaliativas serão consideradas as potencialidades, as competências e as possibilidades de cada um, objetivando proporcionar aos mesmos os meios de inclusão na sociedade.

2.2.3.5 - Perfil do professor de apoio

O professor apoio deverá ter curso de graduação, pós - graduação e/ ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da Educação Especial. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Libras, Ensino de Língua Portuguesa para surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

2.2.3.6 - Atribuições do professor de apoio

- Atuar, como docente nas atividades de complementação ou suplementação curricular específica que constituem o AEE dos alunos com NEE- Necessidades Educacionais Especiais;
- Atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum;
- Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da Escola;
- Informar a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que assegurem a inclusão educacional;
- Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;
- Preparar material específico para o uso dos alunos atendidos;
- Articular gestores e professores, para que o Projeto Pedagógico se organize desenvolva numa perspectiva de educação inclusiva.

2.2.3.7 - Sugestões de materiais

- Jogos Pedagógicos que valorizem aspectos lúdicos, criatividade, lógica e pensamento. (podem ser confeccionados pelo professor ou adquiridos);

- Jogos Pedagógicos adaptados para atender as necessidades dos alunos;
- Livros didáticos e paradidáticos;
- Livros em Braille, livros adaptados com relevo e separador de páginas.

2.2.3.8 - Recursos específicos

A parte física do prédio deve prever acessibilidade em sua estrutura física, como rampas de acesso, banheiros adaptados, corrimão, entre outros.

2.2.3.9 – Estrutura do Ensino

A Escola Municipal Bias Fortes atende alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. Essa etapa de ensino abrange alunos na faixa etária de seis a dez anos. Trabalhamos na busca de uma educação voltada para a preparação de nossos alunos na perspectiva de continuar seus estudos e não desistir de seus sonhos. Buscamos alternativas para diminuir a evasão escolar, através de projetos e oficinas que atraiam cada vez mais o aluno para a escola.

Procuramos trabalhar por intermédio de uma gestão democrática como um dos pontos mais enfatizados nas relações estabelecidas no nosso cotidiano. Com isso, observamos também uma responsabilização maior dos atores escolares e um crescente movimento em direção à autonomia, quando vemos a equipe se debruçando sobre os problemas da escola e buscando meios para solucioná-los.

Sabendo da importância da escola como agente norteador de mudanças na sociedade, deixamos aqui registrado a importância de acrescentar em nosso currículo a aquisição dos saberes convencionais e do letramento, o conhecimento de culturas que não podem ser esquecidos, valores e etnias que vêm sendo subjugados por uma minoria. Tudo para que o aluno, a partir desses preceitos, possa compreender o mundo em que vive e ser um agente capaz de promover transformações no meio em que vive e projetar seu futuro, como nos indica no texto de Jamil Cury:

O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação (...). (2002, p. 6 e 7)

No processo educativo, o educando traz consigo experiências vividas na família, na sociedade e em escolarização anterior. Isto lhe permite ser capaz de participar ativamente do processo da aprendizagem e de sua formação, tornando-o protagonista do próprio crescimento. Os educadores são agentes de apoio neste processo.

Assim sendo, necessário se faz o diálogo entre educando e educador buscando coerência e unidade na ação educativa.

O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, mas nessa escola só trabalhamos até o quinto ano, tem por finalidade a formação do cidadão. A organização das classes, resguardada as determinações legais vigentes se fundamenta em critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem.

O Ensino Fundamental, conforme expresso na LDB, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I- desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III- desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e formação de atitudes e valores;

IV- fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

Com esses objetivos, propostos pela LDB, o que se deseja no Ensino Fundamental é:

I- uma educação que fomente e desperte o espírito crítico do educando, a sua capacidade de argumentar, o seu espírito científico na busca de respostas aos seus questionamentos; II- jovens integralmente educados no nível do seu andamento, respeitando o ritmo próprio de cada um e os distintos graus de desenvolvimento do educando, e adequadamente preparados para participarem da transformação cristã da vida social;

II- jovens integralmente educados no nível do seu andamento, respeitando o ritmo próprio de cada um e os distintos graus de desenvolvimento do educando, e adequadamente preparados para participarem da transformação cristã da vida social;

III- jovens solidários, capazes de respeitar as diferenças intelectuais, físicas, ideológicas, de raça, de costumes;

IV- jovens comprometidos com a preservação ambiental e desenvolvimento da cultura.;

V- jovens capazes de utilizar a tecnologia para melhoria de vida do homem;

VI- jovens participantes do processo político e preocupados com o desenvolvimento social.

A organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas, considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais e políticas nas formas democráticas de tomadas de decisões que se dão coletivamente, possibilitando aos membros do grupo discutir e deliberar, em uma relação de colaboração. As decisões são coletivas, nas quais são eliminadas todas as formas de exercício de autoridade e de poder, o processo é feito através de eleições e de alternância no exercício de funções. Nos últimos anos, a gestão democrática se destaca como tema básico nas discussões e nas proposições de medidas relativas ao projeto de modernização da administração. Nesse cenário, a descentralização é indicada como um requisito essencial à democratização.

3. CURRÍCULO

O termo currículo, de origem latina, provém de *scurrere*, que significa *pista de corrida, percurso a ser realizado*.¹ Na perspectiva do currículo escolar, através de conteúdos expressos, o aluno se apropria de conhecimentos e perfaz a trajetória de sua escolaridade.

Numa reflexão sobre as concepções de currículo escolar, a partir das análises apresentadas na bibliografia sobre o tema, observamos que muitas dessas convergem para o entendimento de que o currículo não pode se resumir a um elenco de conteúdos programáticos. Com efeito, não pode ser desvinculado da realidade escolar, mas deve constituir-se em instrumento que assegure ao aluno possibilidades e novas experiências de aprendizagem, dando-lhe a condição de sujeito social.

¹ <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp>.

O currículo deve promover uma visão integradora de conhecimentos, em vez de apresentar-se compartimentado em disciplinas.

Contrapondo-se a esta concepção, a proposta curricular de muitas instituições educacionais orienta-se por conceitos e ideologias transmitidos na ação onipotente e soberana do Estado, tornando-se instrumento de legitimação de um sistema social dominante, amparado no discurso da homogeneidade (LOPES, 2006, p.35).

Resulta dessa verticalidade de ações do Estado, um modelo de currículo desconectado da realidade e caracterizado pela subjugação dos processos sociais que compõem o cotidiano da escola (LOPES, 2006, p 35). Mas é também dessa realidade que surgem reflexões com elaboração teórica e uma reação, colocando na pauta do debate sobre currículo, o questionamento da suposta homogeneidade do cotidiano e da passividade dos atores escolares, diante da lógica da centralização curricular.

As teorias e manifestações em defesa de um currículo centrado na escola e na dinâmica social foram ganhando força. O fenômeno da globalização cultural expôs aspectos contraditórios e situações de homogeneização passaram a ser interpretadas como destruidoras de processos culturais. Em consequência, as teorias de currículo formuladas fora dos espaços da escola, tornaram-se alvo de críticas e reformulações e os teóricos do assunto perceberam a importância e urgência em deslocar o foco da discussão do global para o local. (MOREIRA, 2007).

Nessa linha de interpretação, Alice Casimiro Lopes (2006, p.39), discute que nas políticas de currículo é produtivo investigar o local e o global, compreender como este processo se desenvolve e quais são os instrumentos de homogeneização. E numa contribuição para elucidar o debate, ela utiliza-se da seguinte citação:

“Investigar a tensão entre homogeneidade e heterogeneidade é se envolver com a luta entre identidade e diferença, entre o universal e particular e que nem tudo que não se deixa aprisionar na pretensa homogeneidade é resistência, e que nem tudo que busca a sintonia com o global é submissão ao instituído” (GARCIA, 2003, *in* LOPES,2006).

Dessa forma, as políticas curriculares vêm se constituindo numa produção em múltiplos contextos, onde se misturam posturas de resistência e cumplicidade, dominação e rebeldia, produzindo novos significados nas propostas curriculares das escolas. Importa saber que é no espaço da escola, com a intervenção permanente dos

sujeitos escolares como protagonistas da ação, que a proposta curricular deve ser construída e implementada. O currículo está no cerne do PPP e em torno dele estrutura-se a dinâmica da escola que se movimenta, envolvendo o tempo e o espaço, as aprendizagens imprescindíveis e os atores escolares.

Ainda que as discussões sobre o currículo escolar venham convergindo para uma concepção democrática, a implantação das políticas de currículo no contexto educacional brasileiro precisam de maior sustentação.

No que se refere a normatização do currículo no Brasil, a LDB em seus artigos 26 e 27, orienta um currículo de base nacional comum para a educação básica na intenção de viabilizar uma proposta, a partir de princípios comuns.²

Os sistemas oficiais de ensino na implementação de suas políticas de currículo norteiam-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. O PNE, em sua estratégia 7.20, propõe o estabelecimento de diretrizes pedagógicas e parâmetros curriculares comuns.

Às diretrizes nacionais são acrescentados os documentos complementares das redes oficiais de ensino e norteadores do trabalho das escolas

Criado em 2005, o Currículo Básico Comum - CBC é o documento completar da política de currículo em Minas Gerais, para todas as disciplinas e níveis da educação básica. São definidos os conteúdos a serem desenvolvidos em cada disciplina, com as competências e habilidades que os alunos devem adquirir. Serve também como base para as avaliações indicativas da qualidade da educação no Estado.

Atender as orientações oficiais relativas ao currículo constitui-se em uma tarefa desafiadora e complexa. Os materiais existentes destinados a orientar a prática docente bem como a elaboração dos planos de ensino, não apresentam o *como* fazer. Contudo se são fortalecidos e valorizados os mecanismos de participação nas ações da escola é possível dar novo sentido às propostas curriculares oficiais.

² Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...] Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, respeito ao de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho. (LDB, 9394/96)

O seu caráter de imposição não anula totalmente a ação da escola, que não se vê impedida de voltar o olhar para a sua realidade e construir uma rede de interlocução entre alunos, professores e todos os envolvidos no processo pedagógico e transpor limites impostos pelos sistemas.

A estruturarmos o currículo da escola, devemos buscar a sintonia entre as disciplinas e a aplicação prática na vida do aluno. A articulação de conceitos com o contexto do aluno é o que dá significado ao conhecimento. A força do currículo centrado em disciplinas tradicionais é realidade, porque trabalhamos sob a égide do estado, portanto de uma centralização curricular. Contudo, há nesse campo de trabalho, espaços possíveis de serem ocupados, com ações alternativas para além das determinações oficiais.

Os PCNs e os Temas Transversais podem se constituir em importante referência para o nosso trabalho. Precisamos dar-lhes novos sentidos, tirando-os da subordinação às disciplinas tradicionais e dimensionando-os para a vida cotidiana do aluno. São documentos que nos oferecem um leque de possibilidades para construção de saberes e ao desenvolvimento de competências que ultrapassam o conteúdo disciplinar. Se bem trabalhados, os PCNs e os Temas Transversais podem se tornar peças importantes do currículo e assegurar espaços de debates sobre as questões sociais, redimensionando saberes para além das realidades locais ou regionais.

Outro elemento que consideramos importante na discussão do currículo diz respeito ao livro didático e ao papel que ele desempenha na prática pedagógica, num processo que tem início na avaliação e aprovação pelo MEC até a escolha pelos professores nas escolas. Em alguns contextos o livro didático desvincula-se totalmente da organização curricular da escola e tem a função de preencher um vazio pedagógico; em outros, adquire importância ao cumprir a função de currículo escolar, pela inexistência de um processo curricular fundamentado em conhecimentos necessários e úteis aos alunos.

Assim como o livro didático, outros instrumentos atuam nas políticas de currículo como favorecedores de uma centralização curricular e sustentam as concepções homogêneas. Podemos citar, entre outros, a determinação de

competências com foco em resultados, os modelos internacionais de avaliação e as propostas verticais de reforma. Além desses, apontamos também alguns recursos tecnológicos, difundidos nas escolas, que não funcionam a contento, pela inoperância dos sistemas disponibilizados e pela qualidade dos equipamentos.

A importância de uma proposta curricular edificada em bases democráticas possibilita corrigir distorções, modificar, refazer o percurso ou mesmo retomá-lo em outras dimensões, mas sempre conduzindo a ação pedagógica em sintonia com o processo social presente na escola. Dessa forma, o currículo não adquire o caráter de neutralidade e torna-se de fato um instrumento flexível e aberto.

Como peça valorizada no discurso pedagógico atual, na legislação educacional e nos planos de ensino, o trabalho com projetos precisa ter foco na aprendizagem e deve buscar dimensões significativas da realidade do aluno. A LDB (1996) propõe para o Ensino Fundamental uma temática diversificada, que pode ser mais maior abrangente se trabalhada através de projetos, para alcance dos objetivos que transcrevemos:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996, Art. 32).

A educação nos anos iniciais do ensino fundamental tem relevância na formação do aluno, pois as bases do conhecimento científico estão centradas nessa etapa. Nesta perspectiva, o trabalho com projetos torna-se um importante recurso pedagógico ao possibilitar um trabalho mais dinâmico, significativo e que pode perpassar as fronteiras do local para o global. A proposta de projetos é enriquecedora e amplia o acervo cultural do aluno. No entanto, precisamos de clareza na definição de seus objetivos e finalidades para que eles não cumpram simplesmente uma agenda decorativa, revelando uma falsa ideia de que a escola trabalha de forma motivadora e criativa, na linha da contemporaneidade pedagógica.

Desse modo, precisamos criar responsabilidades e aprofundar os significados das nossas ações pedagógicas. Nenhum gesto da prática educativa pode ocorrer na neutralidade e com esvaziamento de sentido. Para o que nos propusermos a fazer na

construção e implantação das ações do currículo em nossa escola, precisamos ter clareza do nosso ato de educar, pois este produz efeitos da ordem do subjetivo e alcança a mente de nossos alunos. Efeitos esses, que podem contribuir de forma significativa com processos humanos emancipatórios ou legitimar uma condição cultural e social desfavorável, fortalecendo as teorias e concepções de currículo que sustentam uma sociedade excludente.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Articulados com o currículo, os tempos e espaços escolares, como elementos estruturantes, adquirem relevância na elaboração do PPP, pois é pela noção de seus tempos e espaços que a escola torna possível o percurso escolar do aluno, o trabalho docente e define a duração dos ciclos de aprendizagem.

Considerados construções humanas, os tempos e espaços escolares não podem ser compreendidos como estruturas estáticas, mas passíveis de transformações pela intervenção dos envolvidos nos processos escolares. Logo, as escolas como instituições sociais têm seus tempos e espaços próprios e neles desenvolvem as ações pedagógicas de acordo com suas necessidades e objetivos.

Os tempos e espaços escolares fazem parte da cultura das instituições educativas, considerando que é no espaço da escola que se estabelecem o tempo pedagógico, o tempo do planejamento, das reuniões e o tempo das aprendizagens.

O tempo escolar não pode se caracterizar pela neutralidade, pois sempre estará relacionado a diferentes interesses e forças que sobre ele atuam. Nessa perspectiva, esses elementos são determinantes do modelo de ensino e aprendizagem que a escola processa (CAVALIERE, 1018, 2007).

Muitas das concepções da modernidade relativas aos tempos e espaços escolares também trazem uma marca hierárquica que conduz os processos escolares a uma homogeneização. Em consequência, alunos são dispostos em turmas, séries, ciclos, salas, e nelas esses se posicionam para cumprir etapas letivas, com calendário fixado a partir de determinações legais, com atividades avaliativas previstas em semanas e outras ações com determinação cronológica. A organização da escola ao

longo do tempo, com um caráter fragmentado, dividida em tempos e espaços determinados e estruturas que conduzem a uma hierarquização dos alunos. Nesse sentido, FARIA FILHO e VIDAL (2000, p.21) trazem a reflexão:

Pois, como plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre pessoais e institucionais, individuais e coletivos. E a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos, séries, horários, relógios, campanhas ou em salas específicas, pátios, carteiras individuais ou duplas, deve ser compreendida como um movimento que teve ou propôs múltiplas trajetórias de institucionalização da escola. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar (FARIA FILHO E VIDAL p.21, 2000).

A ampliação do tempo do aluno na escola surge de urgências da modernidade, entre elas, a busca de melhores resultados da ação escolar, adequação da escola às condições da vida urbana, principalmente da nova condição da mulher e às novas concepções de educação escolar, indicando mudanças no papel da escola. (CAVALIERE, p.1016, 2007).

Neste sentido, procuramos compor cenários com a verdadeira concepção de espaço e tempos escolares como elementos constitutivos de relações saudáveis construídas através do diálogo e da busca de consensos. É evidente que as políticas educacionais com suas determinações e imposições produzem efeitos na escola. Mas, necessariamente não precisamos reproduzir a rigor o que está estabelecido, pois podemos e devemos reverenciar nossos valores e impulsionar na escola as ações em tempos e espaços que legitimem a nossa realidade.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Acompanhando as tendências sobre as práticas escolares contemporâneas temos procurado buscar meios adequados para organizar a escola que facilitem e ampliem condições de aperfeiçoamento na gestão escolar. Todos os movimentos e as organizações sociais abrem espaços para novos formatos nos processos de tomada de decisões. A escola vem se adaptando a esse modelo e buscando espaços para expressar suas ideias e reivindicações. Vem lutando para que estas sejam ouvidas, dentro de um crescente processo de participação, entendendo-se que essa participação

constitui-se como “um processo e é a aprendizagem do poder em todos os momentos e lugares em que se esteja vivendo e atuando” (SALES, 2006, p.125).

Essa aprendizagem é de grande importância para o exercício da cidadania e da democracia vivenciada na instituição e refletida na sociedade, na conquista de direitos e na tentativa de exercê-los de forma direta ou indireta através de representação ou de participação.

A ideia de gestão democrática está intrinsecamente relacionada à de autonomia:

A autonomia é um campo de forças, onde se confrontam e equilibram diferentes detentores de influência (externa e interna) dos quais se destacam: o governo, administração, professores, alunos, pais e outros membros da sociedade local [...] Ela é um conceito construído social e politicamente pela interação dos diferentes atores organizacionais, numa determinada escola. (BARROSO, 2001, p.17).

Todavia, essa autonomia da escola não pode ser reduzida apenas ao seu caráter jurídico-administrativo. Ela é a luta pela participação nas decisões, nos problemas de interesses não só da escola, mas da comunidade como um todo: os alunos, os professores, os funcionários e os pais através do Colegiado Escolar, enquanto órgão de representação dos segmentos escolares vivencia a experiência de gerir seus interesses e de ampliar sua participação.

A autonomia é uma das condições fundamentais para que a escola torne-se democrática e participativa. Sua operacionalização vincula-se à denominada gestão colegiada, ou seja, ao envolvimento de toda a comunidade escolar nas decisões sobre o funcionamento da escola e as decisões coletivas sobre os rumos que a escola deve tomar. Porém, é necessário estar atento para o jogo de forças no exercício dessa autonomia na escola. A realização de interesses e de direitos está calcada também na falta de tradição em participar da comunidade local. Ampliando o olhar sobre esse ângulo, percebe-se que essa participação ainda está em processo e é limitada também pela ausência de vivências coletivas de participação no âmbito local.

No contexto educacional pode-se considerar a gestão escolar como recente, advinda das necessidades e mudanças no contexto escolar, se organizando para atender as demandas atuais, ou seja, formar cidadãos críticos e ativos para a inserção na sociedade. A gestão escolar surgiu com o intuito de melhorar a instância de organização e funcionamento da escola. Sendo assim, tem um grande desafio pela

frente que é atender as exigências contemporâneas para oferecer educação de qualidade.

Nesta perspectiva, as finalidades políticas e pedagógicas que norteiam o trabalho da gestão escolar, podem ser articuladas com inúmeras discussões e decisões frente às ações, programas ou projetos implementados pela escola. Neste contexto de discussões e articulações, surge a gestão democrática. Segundo PARO (2002):

A participação democrática não se dá espontaneamente; sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, poder altamente concentrado e de exclusão de divergências nas discussões e decisões.

(PARO, p.96, 2002)

A gestão da educação, quando pensada numa perspectiva democrática, nos revela a necessidade de pensarmos numa escola que se caracterize não somente por determinações do sistema ou por uma insipiente democracia. Ou se desenvolver em uma conjuntura baseada na ação e decisão de poucos, mas que se constitua a partir do envolvimento de todos que precisam ser vistos como sujeitos escolares no espaço da gestão

Neste contexto, podemos afirmar que a gestão escolar se organiza a partir da gestão pedagógica e esta deve ocupar a centralidade das ações na escola, a gestão de recursos humanos e a administrativa, que se ocupa das questões gerais envolvendo os processos burocráticos e é responsável pelos registros que compõem o patrimônio documental da escola.

Nesta perspectiva democrática, a Escola Municipal Bias Fortes, percebe a necessidade de ter uma gestão democrática e participativa. Existe integração entre todos os segmentos que compõem a escola, o que caracteriza uma dinâmica participativa na comunidade escolar.

As decisões são tomadas em comum acordo reuniões pedagógicas, com o colegiado e com a comunidade escolar, dependendo da pertinência do tema ou assunto a ser tratado.

A relação entre gestor e os órgãos internos e externos é de respeito e cordialidade facilitando o bom funcionamento da escola. Ainda prevalece o sistema de

hierarquia, mas sem autoritarismo, com diálogo, sem perder o vínculo de amizade e harmonia entre a comunidade escolar aqui entendida pelos pais, professores, alunos, funcionários, direção e administração.

A estrutura deliberativa e administrativa da escola está ligada diretamente à direção juntamente com toda equipe gestora, serviço pedagógico, professores e pessoal administrativo. As decisões que envolvem diretamente o funcionamento interno da escola são tomadas em reuniões de módulo, ou reuniões pedagógicas e administrativas, realizadas periodicamente. Quando o assunto é voltado para o público externo, envolvendo diretamente a comunidade local são convocadas reuniões específicas para resolver o assunto em questão.

As escolas da rede municipal são geridas por pessoas indicadas pelo prefeito municipal, obedecendo a critérios específicos como ser servidor efetivo e ter graduação na área da educação.

Nossa escola possui Conselho fiscal, órgão que fiscaliza a Caixa escolar e acompanha a gestão financeira. O Colegiado tem função consultiva e deliberativa, é constituído pela direção, professores, supervisores, pelos representantes de alunos e de pais. Como instância superior da escola, o Colegiado escolar, viabiliza o debate em torno das dimensões financeira, administrativa e pedagógica.. Nesse espaço de discussão, consensos são construídos através do diálogo que contemplam posturas e opiniões de seus membros.

O processo ensino-aprendizagem é acompanhado pelo Departamento Municipal de Educação, DME, que por sua vez é vinculado à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais através da 3ª SRE de Barbacena. Seguindo as orientações advindas destes órgãos, somos avaliados por programas dos governos estadual e federal.

Além dessas avaliações, o DME, acompanha e promove simulado, para as turmas do 3º e 5º anos, buscando avaliar a qualidade do ensino de nossos alunos e, a partir dos resultados verificados, redirecionar ações e programas e possíveis investimentos.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

As relações de trabalho dentro da escola vêm sendo pautadas em princípios como respeito, solidariedade, reciprocidade e cumplicidade. Estes se articulam para que o clima da escola proporcione as condições de um trabalho com resultados positivos e alcance dos objetivos propostos. O grupo de trabalho precisa ser integrado, com interesse na aprendizagem dos alunos, mostrar-se comprometido não só em relação aos conhecimentos, mas em relação a formação integral do aluno, transcendendo os muros da escola, fazendo com que a escola chegue até as famílias, melhorando assim a realidade de muitas pessoas.

O papel do gestor está voltado para mediar as situações de conflitos que aparecem todos os dias em nossa rotina. Para esse trabalho, o diálogo é o melhor caminho. Reuniões pedagógicas e administrativas são realizadas periodicamente para discutir o aproveitamento dos alunos e o bom andamento da escola como um todo. assunto é resolvido compreendendo as diversidades, sem discriminações. Nesse ambiente, as relações interpessoais são tratadas em suas peculiaridades, respeitando sempre uns aos outros como seres humanos, passíveis de erros e acertos.

Percebe-se no contexto da escola, possibilidades do trabalho docente, quando este se realiza a contento. Quando o professor, apesar das condições adversas, assume a tarefa docente com empenho e motivação acreditando no seu potencial de conhecimento e sabe como realizar a mediação com o aluno. No entanto, observamos que alguns ainda têm pouco controle sobre o que ensina na sala de aula. A autonomia do professor é muito limitada, e depende muito das condições de trabalho que o envolve.

Há fatores que precisam ser lembrados e que também colaboram para definir o desempenho do educador são eles. Entre esses podemos citar a violência nas instituições escolares, o esgotamento do professor diante das exigências do sistema e o excesso de burocracia, Nessa análise, precisam-se também considerar o desrespeito e a desconstrução da imagem do professor no contexto atual, fortalecido pela mídia e meios de comunicação. Precisamos construir caminhos possíveis para a Educação,

desmistificando e desvendando a ideologia presente, para torná-la um instrumento real de transformação de uma realidade.

Conflitos entre atores escolares são realidades vivenciadas no interior de muitas escolas, provocando rupturas de laços sociais. É natural que essas situações se revelem, pois onde ocorrem formas diferentes de representação ocorre também a diferença do pensamento e a afirmação da existência de interesses opostos no interior das unidades. No entanto, estes devem ser vistos como objetos de construção de consensos e nesse momentos de conflito é que as relações dialógicas devem prevalecer.

7. AVALIAÇÃO

As reflexões sobre avaliação no contexto escolar têm ganhado importância na atualidade quando se busca uma verdadeira definição para o seu significado, justamente porque esse tem sido um dos grandes desafios da prática pedagógica.

A avaliação constitui-se numa prática social ampla, que tem origem na própria capacidade que o ser humano tem de observar, refletir e julgar. No entanto sua dimensão na escola não tem tido a clareza necessária para proceder a uma avaliação real e justa. Ela continua sendo sintetizada, ao longo das décadas como atribuição de notas que aprovam ou reprovam, mas que nem sempre traduzem realidades de aprendizagens.

A avaliação não pode ser instrumento de poder nas mãos do professor mas ter objetivos definidos do que se quer alcançar com ela. Precisa constituir-se em reflexão transformada em ação e subsidiar decisões a respeito da aprendizagem dos educandos, tendo em vista garantir a qualidade do processo educativo. Deve abranger todo o processo ensino-aprendizagem, através de meios que venha considerá-la como ferramenta para melhorar a qualidade do ensino. Isto implica conhecer a escola como um todo, não em partes fragmentadas, considerando todos os aspectos que envolve o aluno: a parte física da escola, a relação professor-aluno, a relação família-escola e a comunidade em que esta escola está localizada.

Dentro da Escola Municipal Bias Fortes estes aspectos estão sendo analisados e implantados aos poucos. A realidade é parecida com a maioria das escolas, falta o compromisso dos profissionais e da família em transcender os muros da escola, levando conhecimentos para os lares e a comunidade em que os alunos estão inseridos.

A avaliação precisa ser vista como processo que eleve o conceito de educação e que possa efetivamente elevar a qualidade de aprendizagem do aluno. Precisa-se a partir de uma visão humanista e compreender que cada aluno tem seu tempo de aprendizagem e este como portador do direito à educação, tem também o direito a uma avaliação justa.

Para que a avaliação possa atender aos propósitos desejados, deverá seguir critérios pré-definidos entre toda equipe escolar e deverá apresentar as seguintes características:

- Diagnóstica e investigativa;
- Contínua e processual;
- Dinâmica e participativa.

Os instrumentos de avaliação serão os mais variados possíveis: escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou em grupos .

Todas as atividades utilizadas para avaliar devem servir à observação, interpretação e investigação do professor, que buscará, assim, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar índices de progresso. Os resultados destas avaliações serão registrados em notas e conceitos permitindo ao aluno e a família uma visão melhor dos avanços e dificuldades na aprendizagem.

São distribuídos por bimestre o total, 25 (vinte e cinco) pontos, totalizando 100 (cem) pontos ao final do ano letivo, tendo como objetivo determinar indicadores do desempenho do aluno, considerando a aquisição de hábitos, atitudes e habilidades necessárias ao desenvolvimento cognitivo e sensorial do educando.

7.1 – Avaliação Diagnóstica

Permite ao professor, através de observação sistemática de comportamentos e atitudes, conhecer melhor os alunos e analisar seu desempenho nas atividades

propostas em classe, conscientizando-os de suas obrigações e deveres, podendo assim planejar de forma eficiente o seu trabalho.

7.2 - Avaliação formal

Baseia-se na verificação de conhecimentos e deverá ser desenvolvidas ao longo dos bimestres, através de trabalhos escritos, orais, atividades em classe, individual ou em grupos, provas e testes.

Dentro da realidade da escola analisada, existem duas formas de avaliar, tendo em vista que os anos iniciais do ensino fundamental estão divididos em Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) e Sérição (4º e 5º anos).

Os três primeiros anos do Ensino Fundamental constituem um ciclo ininterrupto, denominado Ciclo de Alfabetização, com regime de progressão continuada não passível de reprovação do 1º ao 3º ano. A promoção se dará automaticamente ao término de cada ano letivo. Os dois últimos anos do ensino fundamental funcionam no regime de seriação e nesta modalidade pode ocorrer a reprovação.

A avaliação no Ciclo da Alfabetização far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento da aprendizagem em fichas individuais próprias para cada aluno.

Os alunos são avaliados por conceitos:

- A - Além das expectativas
- B - Dentro das expectativas
- C - Atingiu com ressalvas as expectativas
- D - Aquém das expectativas

Nas turmas de seriação, 4º e 5º anos, a avaliação é feita através de notas que são atribuídas nas disciplinas Português, Matemática, História, Geografia, Ciências conforme descrição:

Durante o ano são distribuídos 100 (cem) pontos que são divididos em quatro bimestres de 25 (vinte e cinco) pontos cada.

Esses 25 (vinte e cinco) são assim distribuídos: 13,0 (treze) pontos em avaliação escrita (avaliação formal), 6,0 (Seis) pontos em testes (avaliação formal), e os outros 6,0 (seis) pontos em trabalhos, pesquisas a critério do professor regente (avaliação formal ou descritiva).

No final do ano letivo, para a aprovação no 4º e 5º anos serão necessários à média mínima de 60% (sessenta por cento) do total de pontos distribuídos durante o ano. Nas disciplinas Educação Religiosa, Artes, Segurança do trabalho, Literatura e Produção Textual a avaliação acontece através do uso dos conceito:

- A - Além das expectativas;
- B - Dentro das expectativas;
- C - Atingiu com ressalvas as expectativas;
- D - Aquém das expectativas.

7.3- Avaliação descritiva

Permite ao professor através de observação sistemática, conhecer melhor os alunos e analisar seu desempenho nas atividades propostas em classe e responsabilizá-los por suas obrigações e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do PPP de modo coletivo e por meio de uma gestão democrática é um dos pontos considerados centrais na discussão das políticas públicas para a educação. O envolvimento da comunidade escolar na gestão da escola aumenta a responsabilidade de todos com as ações e concepções aqui descritas e acena para a conquista da autonomia da escola.

Pretende-se a partir do PPP estabelecer um norte para os trabalhos pedagógicos que se desenvolvem na escola. Por não dar conta de todas as dimensões que perpassam o cotidiano da escola é sensato ressaltar que o PPP não pode ser visto como único e exclusivo meio de referência, impedindo o desenvolvimento da criatividade do corpo docente e também do corpo discente. Assim, coerência e flexibilidade são elementos fundamentais no trabalho da escola. O entendimento é de que este deve sim direcionar a gestão escolar, devendo ser avaliado e modificado sempre que as condições objetivas e subjetivas assim o exigir, conforme analisa GADOTTI (apud Veiga, 2001, p.18):

“Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.”

Após a implementação do PPP, a escola apresenta mudanças, mesmo que pequenas, mas que já significam bastante. A inclusão vem se efetivando, temos quatro alunos portadores de necessidades educacionais especiais, com professores de apoio individual. A direção, juntamente com a equipe administrativa e professores fazem trabalhos direcionados e têm procurado conscientizar os pais, da necessidade de participar da vida escolar do filho. Os professores participam de cursos de formação continuada. Nota-se o esforço em mudar a realidade dessas crianças e suas famílias. O PPP está direcionado aos problemas reais do cotidiano, da comunidade escolar aqui inserida.

Sabemos, contudo que a elaboração e desenvolvimento do PPP de forma participativa por si só não é suficiente para resolver todos os problemas da escola e da educação, pois sabemos dos nossos limites. Principalmente quando esbarramos nas imposições do sistema ou nas carências das políticas de financiamento das escolas.

Mas é a partir das concepções de gestão democrática e da busca de autonomia, que é possível avançar em direção a um novo modelo de trabalho pedagógico. O espaço da escola pertence a todos e não é um organismo estático. O que torna também o PPP um instrumento passível de se adequar às demandas urgentes da escola. Ele pode e deve sofrer alterações sempre que necessário.

Deve fazer parte da ação da comunidade escolar a avaliação do PPP, pois avaliar é sempre julgar a realidade num processo de ação-reflexão-ação. A avaliação confronta os resultados alcançados com os resultados desejados e é a partir dessa avaliação que alcançaremos a educação de qualidade como direito de todos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *O Estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica*. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto; Aguiar, Márcia Ângela da S. (org.). *Gestão da educação*. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROSO, João. *Relatório da disciplina "Teoria das organizações e da administração Educacional"*. Lisboa: faculdade de psicologia e Ciências da educação da universidade de Lisboa, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

BUSS, A. M. B. *Entidades de gestão democrática*. SED, 2008.

_____. FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. *Conselho Escolar e a aprendizagem na escola*. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

GADOTTI, Moacir. *Pensamento Pedagógico Brasileiro*, São Paulo, Ática, 1995.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. *Gestão escolar e o processo de tomada de decisão*. Disponível em [HTTP://www.nead.unama.br/site/bibdidigital/.br/2011/10/resolucao-cee-n-4512003-educacao.html](http://www.nead.unama.br/site/bibdidigital/.br/2011/10/resolucao-cee-n-4512003-educacao.html) acesso em: 02/08/2014

LOPES, Alice Casimiro. *Discurso nas políticas de currículo*. Currículo sem fronteiras, v.6, n2, pp33-52, Julho de 2003. Disponível em moodle3.mec.gov.br Acesso em 22 de julho de 2014.

LUCCHESI, M. A S. *O diretor da escola pública, um articulador*. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) *Administração escolar e política da educação*. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

MINAS GERAIS, Governo de. Secretaria de Estado da Educação. *CBC Educação Básica*. Belo Horizonte: 2005. : <<http://crv.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 28 de julho de 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEF, 1999, 360 p.

MOREIRA, Antônio Flávio & outros. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: MEC/SEB, 2002.

PARO, Vitor Henrique. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2002. p.96. REVISTA GESTÃO EM REDE. "Gestão democrática do ensino público". 3º volume. Série Estudos, Março, 1998.

_____. *Propostas curriculares alternativas: limites e avanços*. Disponível em Moodle3.MEC.gov.br. Acesso em 22 de Julho de 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação. *Novo Plano Curricular – Ensino Médio*. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://crv.educacao.mg.gov.br>>. Acesso em: 28 de Julho de 2014.

_____. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. ET Al. *Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola*. 2010. Disponível em moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 05 e 06 de ago

ANEXO A
MATRIZ CURRICULAR – REFERÊNCIA 2014

Ensino Fundamental- 1º ao 5º ano
Decreto de Criação Nº 3319 de 19/09/1911
Municipalizada em 01/01/1998 – Resolução Nº 8.742 de 07/02/1998
Rua Cônego Cota, 19 – Centro – CEP 36280.000 – Tel. (32) 3361-1543 – Carandaí-MG

ÁREAS DO CONHECIMENTO						Distribuição Semanal de Aulas e Carga Horária Anual por Área do Conhecimento										
						Ciclo de Alfabetização						Ciclo Complementar				
						1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		
	Linguagens	Ciências da Natureza	Matemática	Ciências Humanas	Ensino Rel.	Aulas	Carga horária	Aulas	Carga horária	Aulas	Carga horária	Aulas	Carga horária	Aulas	Carga horária	
Base Nacional Comum	L. Portuguesa					6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	
	Educ. Física					1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	
	Arte					3	100:00	2	66:40	1	33:20	1	33:20	1	33:20	
		Ciênc. da	Matemática				2	66:40	2	66:40	3	100:00	3	100:00	3	100:00
							6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00
							1	33:20	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
				História			1	33:20	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
				Geografia			1	33:20	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40
							Ens.	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1
	TOTAL - Base Nacional Comum						21	700:00	22	733:20	22	733:20	22	733:20	22	733:20
Parte Diversificada	Seg. Trabalho					1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	
	Of. de Lit. Inf.					3	100:00	2	66:40	1	33:20	1	33:20	1	33:20	
	Redação								1	33:20	1	33:20	1	33:20		
	TOTAL - Parte Diversificada						4	133:20	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00
TOTAL GERAL						25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	

INDICADORES FIXOS:	
Número de dias letivos anuais:	200
Número de semanas letivas anuais:	40
Número de dias letivos semanais:	05
Número de Módulos-Aulas semanais:	25
Duração do Módulo-Aula:	00:50
Duração do Recreio:	00:20
Carga Horária Diária (excluído o recreio):	04:10
Carga Horária Anual:	833:20

OBSERVAÇÕES:
01 - PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO: desenvolver-se-á conteúdos da Base Nacional Comum da Lei nº 9.394/96 e da Parte no elemento de formação integral do aluno;
02 - ENSINO RELIGIOSO: disciplina de matrícula facultativa, da carga horária mínima de 800:00 horas. Ao aluno que não optar Ensino Religioso, será garantido, no próprio turno e horário, a oferta de atividades de formação para a cidadania, incluídas na programação curricular;
03 - OS TEMAS TRANSVERSAIS: serão contemplados em todas as disciplinas, através de projetos; A música é conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, da disciplina de Arte.
04 - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Povos Indígenas Brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas de Arte, Of. Lit. Infância e Juventude e História.

Carandaí - MG, 2014

Assinatura do(a) Diretor(a)
Diretora – Aut. 441293

Assinatura do(a) Inspetor(a) Escolar
Inspetora Escolar – MASP:

